



**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Processo** : TC-006919.989.20

**Entidade** : Prefeitura Municipal de Pedra Bela

**Assunto** : Contas Anuais

**Exercício** : 2021

**Prefeito** : Álvaro Jesiel de Lima

**CPF nº** : 041.209.678-16

**Período** : 01/01/2021 a 31/12/2021 (Arquivo 01).

**Relatoria** : Dr. Robson Marinho

**Instrução** : UR-03 / DSF-II

**Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,**

Trata-se das contas apresentadas em face do artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Álvaro Jesiel de Lima, responsável pelas contas em exame (Arquivo 02).

Consignamos os dados e índices considerados relevantes para um diagnóstico inicial do município:

DESCRIÇÃO	FONTE (DATA DA CONSULTA)	DADOS	ANO DE REFERÊNCIA
POPULAÇÃO	IBGE (01/09/2022)	6.127 habitantes	2021
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	Sistema Audesp (01/09/2022)	R\$ 27.915.323,19	2021
RCL	Sistema Audesp (01/09/2022)	R\$ 27.100.820,87	2021



Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021
IEG-M	C+	C+	C
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B+	B+	B+
i-Educ	B	C+	C
i-Saúde	B	C+	C+
i-Amb	C	C	C
i-Cidade	C	C	C+
i-Gov-TI	C	C+	C+

Obs.: Índices do exercício em exame após verificação/validação da Fiscalização.

A Prefeitura analisada obteve, nos três últimos exercícios apreciados, os seguintes **Pareceres** de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres
2019	004588.989.19-4	Favorável, com ressalvas.
2018	004247.989.18-9*	Desfavorável
2017	006490.989.16-7	Favorável, com determinação.

\* pendente de trânsito em julgado.

A partir de tais premissas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
3. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
4. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
5. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste Tribunal de Contas;
6. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

Os resultados das fiscalizações apresentam-se nos relatórios quadrimestrais, bem como no presente relatório, antecédidos pelo citado planejamento que indicou a necessária extensão dos exames. Registre-se que as fiscalizações quadrimestrais foram efetuadas de forma **remota**, em virtude da pandemia no novo Coronavírus (Covid-19).

Destaque-se que os relatórios quadrimestrais estão juntados nos eventos nº 37 e 67 destes autos. Estes foram submetidos a Excelentíssima Relatoria, sendo dada ciência à Chefia do Poder Executivo, responsável pelas contas em exame, para conhecimento das ocorrências, sem a necessidade de apresentação de justificativas. Tal procedimento visou contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas.

Foi autuado o processo TC-000922.989.21, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia. Tal acompanhamento foi realizado com base em informações prestadas pela Origem, por meio de questionários mensais, e ações próprias da Fiscalização, considerando os princípios da amostragem, relevância e materialidade, cujas ocorrências são tratadas em itens próprios do presente relatório.

No exercício em exame, o município não decretou estado de calamidade pública/emergência, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual.

## **PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO**

### **A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO**

#### **A.1.1. CONTROLE INTERNO**

O Sistema de Controle Interno foi regulamentado por meio da Lei Municipal nº 527, de 15 de março de 2017 (Arquivo 03 fls. 02/05).

O responsável pelo Controle Interno na Prefeitura de Pedra Bela é servidor de cargo público efetivo e foi designado por meio da Portaria nº 3.026/2019 (Arquivo 03 fls.01).

Destaca-se que o setor está vinculado à Secretaria de Finanças e o cargo é de livre nomeação pelo Prefeito Municipal, conforme determinam os artigos 4º e 5º da Lei Municipal nº 527/2017.

Verificamos que o servidor designado em 2021 acumula o cargo de responsável pelo Departamento de Pessoal, fator que compromete a sua independência de atuação, necessária ao exercício da função.

Analizamos os relatórios elaborados pelo Sistema de Controle Interno no exercício e constatamos que os documentos trazem no geral dados estatísticos alcançados pela Prefeitura Municipal no período. (Arquivos 04 a 06).

Não se trata, portanto, de relatório que demonstra atuação prévia, concomitante e subsequente aos atos e fatos administrativos, com vistas à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores, descumprindo o artigo 3º da Lei Municipal nº 527/2017.

A título de exemplo, não constam nos relatórios de controle interno o tratamento de assuntos atinentes as recomendação desta Corte em Contas anteriores, fidedignidade das informações ao Sistema Audesp (recomendação em 2016 e 2018), IEGM (recomendações de 2016, 2017 e 2018), ausência de AVCB nos prédios municipais (recomendação de 2017), revisão do quadro de pessoal (recomendações dos exercícios de 2016, 2017 e 2018), contabilização de terceirização de mão de obra como despesas de pessoal (exercício de 2018), dentre outras matérias.

Assim, embora haja regulamentação do controle interno no município, faz-se necessário o aprimoramento do setor de modo a acompanhar matérias que não receberam tratamento, especialmente aquelas decorrentes de apontamentos desta fiscalização, de despesas relacionadas à pandemia da COVID-19, bem como de recomendações desta E. Corte de Contas, proposta que será levada à conclusão deste relatório.

## A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice C+

Segue abaixo a evolução histórica do i-Planejamento, cuja nota “C” em 2021 demonstra indicador - baixo nível de adequação.

INDICADOR TEMÁTICO	2018	2019	2020	2021
i-PLANEJAMENTO:	C ↑	C ↓	C ↑	C ↑

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa

dimensão do IEG-M, conforme abaixo, podendo comprometer o atingimento das metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Agenda 2030 – ONU, apontadas no item H, deste relatório.

- Não houve a elaboração do Relatório Anual de Avaliação dos Programas Finalísticos Monitorados do PPA pela Prefeitura Municipal;
- As peças que compõem o planejamento não são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais “previstos X realizados”, infringindo o artigo 7º, inciso VII, alínea “a”, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- Na consulta pública online para elaboração das Peças de Planejamento não há glossário explicando os objetivos, a forma de contribuição e o prazo de coleta em linguagem clara e simples;
- A LOA prevê abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação;
- Não houve a realização de avaliações formais com elaboração de relatórios sobre a execução orçamentária;
- O responsável pelo Controle Interno ocupa cargo efetivo e exerce a função de forma não exclusiva;
- A estrutura organizacional do Sistema de Controle Interno está associada ou subordinada diretamente a Secretaria/Diretoria de Finanças/Fazenda e não diretamente ao dirigente máximo da Prefeitura;
- A Prefeitura Municipal entregou documentos do Sistema Audesp fora do prazo ou não entregou, em desacordo com as Instruções nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como os incisos do § 2º do artigo 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

## **PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL**

### **B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL**

Face ao contido no artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Preliminarmente, informamos que o município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, firmando o compromisso de contrair novas dívidas exclusivamente de acordo com os termos do referido Programa (Lei Complementar Federal nº 178/2021) – Arquivo 42.

### B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, conforme abaixo apurado, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou superavit.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 27.915.323,19	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 25.691.791,34	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 588.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 31.242,92	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>R\$ 1.666.774,77</b>	<b>5,97%</b>

O resultado da execução orçamentária e dos investimentos, com base na despesa liquidada e nos Restos a Pagar Não Processados liquidados em cada exercício, apresentaram os seguintes percentuais:

Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento
<b>2021</b>	Superavit de R\$ 1.666.774,77	5,97%	9,17%
<b>2020</b>	Superavit de R\$ 2.527.302,46	10,49%	7,96%
<b>2019</b>	Superavit de R\$ 1.273.859,42	5,54%	3,44%
<b>2018</b>	Superavit de R\$ 272.737,26	1,30%	9,63%

### B.1.1.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL

#### B.1.1.1.1. DOS PROGRAMAS/AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Segundo informações prestadas pela Origem, não houve a criação, aperfeiçoamento e/ou ampliação de programas/ações governamentais, destinados ao enfrentamento da Covid-19.





#### B.1.1.1.2. DAS RECEITAS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

#### B.1.1.1.3. DAS DESPESAS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

#### B.1.1.1.4. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FISCAIS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

#### B.1.2. ANÁLISE DO ARTIGO 167-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp, referente ao exercício analisado, é possível ver que o Ente não superou o limite de 95% estabelecido pelo artigo 167-A da Constituição Federal, inclusive abaixo do limite de 85% estabelecido no §1º do artigo 167-A.

Receita Corrente Arrecadada (Ente)		
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$	<b>27.204.125,81</b>
Despesa Corrente Liquidada (Ente)		
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$	<b>22.818.581,00</b>
Resultado do Ente Municipal		
Percentual (c) = (b) / (a)		<b>83,88%</b>

Relatório de Instrução Sistema Audesp – Arquivo 47, p. 06.

#### B.1.3. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 4.458.768,35	R\$ 2.198.069,97	102,85%
Econômico	R\$ 1.902.387,69	R\$ 3.336.078,16	-42,98%
Patrimonial	R\$ 18.341.204,58	R\$ 17.524.021,08	4,66%

RAAE - Arquivo 07 p. 10.

#### B.1.4. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Conforme demonstrado no item anterior, a Prefeitura apresentou, no encerramento do exercício examinado, um superavit financeiro, evidenciando, com isso, a existência de recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro.

#### B.1.5. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	743.051,44	775.430,59	-4,18%
Precatórios			
Parcelamento de Dívidas:	599.232,42	372.952,01	60,67%
De Tributos			
De Contribuições Sociais	599.232,42	372.952,01	60,67%
Previdenciárias	599.232,42	372.952,01	60,67%
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas	6.234,15	26.919,75	-76,84%
Dívida Consolidada	1.348.518,01	1.175.302,35	14,74%
Ajustes da Fiscalização			
Dívida Consolidada Ajustada	1.348.518,01	1.175.302,35	14,74%

Balanco Patrimonial – Arquivo 12, p. 02.

Constatamos no quadro acima o significativo aumento de 60,67% no item dívida de contribuições previdenciária, passando de R\$ 372.952,01 em 2020 para R\$ 599.232,42 em 2021.

Verificamos que o valor é referente ao acordo de parcelamento com o INSS nº 13837.721009/2017-13, realizado nos termos da Medida Provisória nº 778/2017, posteriormente convertida na Lei Federal nº 13.485/2017, tratado no Item B.1.7.1 deste relatório.

Questionada sobre o aumento, a Origem apresentou documento da Receita Federal da época do acordo (28/07/2017), em que consta o valor original da dívida de R\$ 599.232,42, reduzido para R\$ 500.862,66 - Arquivo 08.

Informou também o Órgão que desde a renegociação da dívida, realizada com base no Programa de Regularização de Débitos Previdenciários dos Estados, Distrito Federal e Municípios (Prem) – Lei Federal nº



13.485/2017, o município ficou sem a possibilidade de acompanhar pelo e-CAC a movimentação do estoque da dívida, em razão de que os processos PREM, segundo a Prefeitura, estavam passando por uma mudança tecnológica (sistema) na RFB, onde impossibilitava a emissão de demonstrativos.

Segundo a informação da Prefeitura, por não se ter um documento hábil para avaliação e registro no balanço patrimonial de 2021, foi registrado o valor de R\$ 599.232,42, total da dívida previdenciária na renegociação.

Com esses dados concluímos que o Balanço Patrimonial de 2021, não demonstra adequadamente a dívida real de longo prazo da Prefeitura Municipal de Pedra Bela.

Os parcelamentos estão sendo tratados nos itens **B.1.7.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS e B.1.7.1.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP).**

#### **B.1.6. PASSIVO JUDICIAL**

##### **B.1.6.1. PRECATÓRIOS**

O Município está enquadrado no Regime Ordinário de Pagamento de Precatório – Arquivo 10.

De acordo com informações prestadas pela Origem, confirmadas de forma *in loco*, o município não possui dívidas judiciais junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Arquivo 09.

Abaixo resumo de pagamento no exercício examinado, conforme Ofício Requisitório da Justiça do Trabalho.

REGISTRO CONTÁBIL DA DÍVIDA DE PRECATÓRIOS	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ -
Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame	R\$ 27.427,38
Valor cancelado	
Valor pago	R\$ 27.427,38
Ajustes da Fiscalização	
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ -

Certidão do DEPRE e documentos da Origem - Arquivos 09 e 10.

##### **B.1.6.2. REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA**



Detalhamos o estoque dos requisitórios de baixa monta, de acordo com os registros contábeis e o informado pela Origem ao Sistema Audesp:

REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
<b>Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior</b>	<b>R\$ -</b>
Valor da atualização monetária ou inclusão efetuadas no exercício em exame	R\$ 20.597,60
Valor cancelado	
Valor pago	R\$ 20.597,60
Ajustes efetuados pela Fiscalização	
<b>Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame</b>	<b>R\$ -</b>

Arquivo 11

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida advinda de requisitórios de baixa monta?	Sim
02	Há registros eficientes no órgão para controle dos requisitórios de baixa monta?	Sim
03	Houve pagamento de todos os requisitórios de baixa monta vencidos no exercício?	Sim

### B.1.7. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Sim
3	RPPS:	Não possui
4	PASEP:	Sim

Arquivo 13

#### B.1.7.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Demonstramos, abaixo, a situação dos parcelamentos de débitos previdenciários autorizados pela Lei Federal nº 13.485, de 2 de outubro de 2017 e/ou pela Portaria MF nº 333, de 11 de julho de 2017:

##### ➤ Perante o INSS:

Nº do acordo	Vlr Total Parcelado	Qtde parcelas	Parcelas devidas no exercício	Parcelas pagas no exercício
13837.721009/2017-13	R\$ 608.655,61	200	10	10

Arquivos 14 e 15.

De acordo com a declaração da Origem o pagamento do parcelamento INSS ficou suspenso durante o período da pandemia, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, e foi retomado pela Receita Federal do Brasil, através do débito automático em cota parte FPM na conta do Banco do Brasil nº 0167-8/73.004-1, a partir de 19 de março de 2021 - Arquivo 16.

Do acima exposto, constatamos que no exercício em exame a Prefeitura cumpriu o acordado.

#### **B.1.7.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)**

A Prefeitura não possui parcelamentos de FGTS e PASEP.

#### **B.1.9. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES**

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do artigo 29-A da Constituição Federal.

Valor utilizado pela Câmara em:	2021	R\$	556.757,08
Despesas com inativos		R\$	-
Subtotal		R\$	556.757,08
Receita Tributária ampliada do exercício anterior:	2020	R\$	15.448.475,48
Percentual resultante			3,60%

RAAE – Arquivo 07, p.02

#### **B.1.10. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO – Arquivo 17.

##### **B.1.10.1. DESPESA DE PESSOAL**

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema Audesp, o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal, registrando no 3º quadrimestre o valor de R\$ 12.105.067,41, o que representa um percentual de 44,67%.

Período	Dez 2020	Abr 2021	Ago 2021	Dez 2021
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
<b>Gasto Informado</b>	R\$ 10.442.328,00	R\$ 10.315.411,66	R\$ 10.490.067,27	R\$ 12.105.067,41
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
<b>Gastos Ajustados</b>	R\$ 10.442.328,00	R\$ 10.315.411,66	R\$ 10.490.067,27	R\$ 12.105.067,41
<b>Receita Corrente Líquida</b>	R\$ 22.234.587,21	R\$ 24.441.507,38	R\$ 25.604.547,15	R\$ 27.100.820,87
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
<b>RCL Ajustada</b>	R\$ 22.234.587,21	R\$ 24.441.507,38	R\$ 25.604.547,15	R\$ 27.100.820,87
% Gasto Informado	46,96%	42,20%	40,97%	44,67%
<b>% Gasto Ajustado</b>	<b>46,96%</b>	<b>42,20%</b>	<b>40,97%</b>	<b>44,67%</b>

RAAE – Arquivo 07, p. 24/25.

Verificamos que em razão dos apontamentos realizados pela fiscalização no exame das contas anuais do exercício de 2020 e do 1º quadrimestre de 2021 - referentes à terceirização de mão de obra que não estavam sendo contabilizado como outras despesas de pessoal, a Prefeitura de Pedra Bela realizou reclassificação orçamentária dessas despesas.

Trata-se dos empenhos referentes ao contrato s/nº, de 29/06/2018 com a Empresa “Pronto Clínica Centro Médico Ltda.” (médicos, fisioterapeuta, psicólogo, terapeuta ocupacional, técnico em raio x, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e farmacêutico).

De acordo com a Origem, essa reclassificação foi realizada por meio de crédito adicional especial aprovado pela Lei Municipal nº 789 de 16/12/2021, constituindo na anulação dos referidos empenhos lançados anteriormente na rubrica 3.3.90.39 e reclassificação dos novos empenhos na rubrica 3.3.90.34, possibilitando, dessa forma, que os gastos dessa terceirização fossem incluídos no RGF do 3º quadrimestre de 2021 – Declaração e Documentos nos Arquivos 18 e 19.

#### B.1.11. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS



### B.1.11.1. CARGOS EM COMISSÃO

Eis o quadro de pessoal existente no final do exercício:

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	351	351	255	244	96	107
Em comissão	47	47	24	22	23	25
<b>Total</b>	<b>398</b>	<b>398</b>	<b>279</b>	<b>266</b>	<b>119</b>	<b>132</b>
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do	Ex. em exame
Nº de contratados	25		22			

Arquivo 20

No exercício examinado foram nomeados 09 servidores para cargos em comissão – tabela abaixo:

Cargos em Comissão	Lei	Admissão
Chefe do Dep. de E. S. e Família	LC nº 120 de 29/03/2018	06/01/2021
Assistente de D. de Esporte e Lazer	LC nº 120 de 29/03/2018	06/01/2021
Chefe do Dep. De Vigil. em Saúde	LC nº 120 de 29/03/2018	02/09/2021
Diretor de Esporte e Lazer	LC nº 113 de 05/04/2017	06/01/2021
Assessor de Gabinete	LC nº 097 de 23/05/2014	05/10/2021
Assessor de Gabinete (*)	LC nº 097 de 23/05/2014	05/10/2021
Chefe do D. d G. de Pessoal	LC nº 120 de 29/03/2018	05/10/2021
Chefe D. O. e C. Públicos	LC nº 120 de 29/03/2018	03/11/2021
Assistente de D. da Saúde	LC nº 120 de 29/03/2018	02/08/2021

- (\*) Demissão em 04/10/2021

- Arquivos 21 e 22.

Verificamos que quatro dos nomeados em comissão - 01 Assistente de Diretoria de Esporte e Lazer; 02 Assessores de Gabinete, e 01 Assistente de D. da Saúde - (atribuições relacionadas no item B.1.11.2), não possuem características de direção, chefia e assessoramento em desacordo com o artigo 37, inciso V, da Constituição Federal.

#### B.1.11.1.1 CARGOS EM COMISSÃO - ESCOLARIDADE

No exercício examinado foram nomeados 2 servidores sem curso superior para os cargos de Diretor de Esporte e Lazer (Técnico de Futebol) e Assistente de D. da Saúde (Técnico de Enfermagem). Em 31/12/2021, havia,



no total, 5 servidores ocupantes de cargos em comissão sem a formação mínima exigida – Arquivo 21.

Destacamos que os cargos em comissão estão ocupados em inobservância à jurisprudência deste Tribunal de Contas, haja vista a nomeação de pessoas com nível médio de escolaridade, ou seja, as atribuições dos cargos não exigiriam os conhecimentos e habilitações técnicas de determinada área de conhecimento, restando inobservado o disposto no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal.

Aliás, esse também foi o entendimento exarado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0210184-51.2011.8.26.0000, proposta pelo D. Procurador Geral de Justiça, em face do Presidente da Câmara Municipal e do Prefeito do Município de Itapeva, cuja Ementa transcrevemos a seguir:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Ação proposta objetivando a declaração de inconstitucionalidade do Anexo da Lei Municipal nº 3.154 de 26 de dezembro de 2010, do Município que Itapeva, que dispõe sobre a Reestruturação do plano de cargos e salários da Câmara Municipal de Itapeva e dá outras providências — Funções que não exigem nível superior para seus ocupantes — Cargo de confiança e de comissão que possuem aspectos conceituais diversos — **Inexigibilidade de curso superior aos ocupantes dos cargos, que afasta a complexidade das funções Cargos de Assessor Parlamentar e Chefe de Gabinete Parlamentar que não se coadunam com o permissivo legal** — Afronta aos artigos 111, 115, incisos II e V e 144 da Constituição Estadual - Ação procedente” (grifo nosso).

Dá mesma forma, se manifestou o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0130719-90.2011.8.26.0000, proposta pelo D. Procurador Geral de Justiça, em face do Presidente da Câmara Municipal e do Prefeito do Município de Tietê, cuja ementa transcrevemos abaixo:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Legislações do Município que Tietê, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento em comissão. Funções que não exigem nível superior para seus ocupantes. Cargo de confiança e de comissão que possuem aspectos conceituais diversos. **Inexigibilidade de curso superior aos ocupantes dos cargos, que afasta a complexidade das funções.** Afronta aos artigos 111, 115, incisos II e V, e 144 da Constituição Estadual - Ação procedente. (GNN)





O entendimento deste Tribunal de Contas de São Paulo segue no mesmo sentido (TC-2459.989.18):

“Destaco, contudo, que esta Egrégia Corte de Contas já esposou o entendimento de que os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, assim declarados por lei, consoante o preceituado no artigo 37, V, da Constituição Federal, são restritos apenas às posições do alto escalão governamental, com atribuições que reúnam a tomada de decisões que manifestamente impliquem na definição dos rumos de atuação da instituição.

Assim sendo, entendo que os cargos em comissão devem servir a chefia, direção e o assessoramento de alto nível, exigindo-se, por conseguinte, a compatível qualificação profissional do ocupante. É inconcebível que pessoas sem qualificação, sem grau de instrução adequado, promovam a chefia, a direção e o assessoramento nos moldes trazidos pela Constituição Federal. Aliás, devido à importância e a complexidade que guardam na Administração, a jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Contas vem apontando no sentido de que o preenchimento de ditos cargos deve ser realizado sob a exigência de instrução de nível superior dos interessados.”

Esta Corte já se manifestou diversas oportunidades acerca da matéria, e trazemos a cola trechos das decisões dos processos TC's 1024/026/15 e 4949.989.16-4, referentes respectivamente às Contas Anuais da Câmara Municipal de Jaguariúna, exercícios de 2015 e 2016:

**(...) A Edilidade é reincidente na falha, e mesmo após seguidos apontamentos, recomendações e determinações desta Corte de Contas, não promoveu a adequação das atribuições do cargo de Assessor Parlamentar ao nível de escolaridade exigido.** Não há como se furtar da exigência e comprovação das competências intelectivas daquele que presta assessoramento, invariavelmente, no mesmo grau de complexidade dos serviços executados, porquanto se trata de auxílio técnico especializado (...). Voto do Eminentíssimo Conselheiro, Dr. Dimas Ramalho, nos autos do TC-1024/026/15, em sessão da Segunda Câmara (DOE 02/12/2017). (GNN)

**(...) Em que pesem as justificativas ofertadas pelo Responsável, no sentido de que seus esforços para alterar o nível de escolaridade de referido cargo não contaram com a anuência dos demais edis, não considero passível de relevamento a violação sistemática ao Comunicado SDG nº 32/2015 e às recomendações e determinações que vêm sendo emitidas por esta Corte desde a apreciação das contas do exercício de 2012.** A exigência de nível de escolaridade deve estar fundamentada na compatibilidade e



complexidade das atribuições dos cargos de provimento em comissão, e não se pode negar que a falta de conhecimentos técnicos especializados afasta a excepcionalidade da atividade de assessoramento. **Nesta senda, renovo a determinação de que a edilidade passe a exigir nível superior de escolaridade para todos os cargos em comissão**, cujas funções devem ser de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais. **Diante da reincidência da impropriedade, entendo que o caso enseja, ainda, aplicação de multa ao Responsável**, nos termos do artigo 104, VI, da Lei Complementar Estadual nº 709/93 (...). Voto do Eminentíssimo Conselheiro, Dr. Sidney Estanislau Beraldo, nos autos do TC-4949.989.16-4, no julgamento das Contas da Câmara de Jaguariúna do exercício de 2016 (DOE 10/09/2019). (GNN).

Ante o exposto, entendemos irregulares as nomeações, e respectivos pagamentos, indicados acima. Sem prejuízo de outras determinações, **propomos que cópia deste apontamento seja encaminhada ao Ministério Público do Estado de São Paulo para a adoção das medidas que se fizerem necessárias para o caso.**

#### **B.1.11.1.2. CARGOS EM COMISSÃO – ASSESSORAMENTO**

Verificamos que a Prefeitura mantém os cargos comissionados de Assistente de Diretoria de Esporte e Lazer; Assistente de Diretoria e Planejamento e Gestão; Assistente de Gabinete e Assessor de Gabinete, cujas atribuições não possuem características de direção, chefia e assessoramento, descumprindo ao artigo 37, inciso V, da Constituição Federal.

No exercício examinado foram nomeados 3 servidores nos cargos acima, sendo que em 31/12/2021, havia, no total, considerando as nomeações de exercícios anteriores, 5 servidores ocupantes de cargos em comissão sem a formação mínima exigida – Arquivo 21.

Os cargos em comissão de Assistente de Diretoria de Esporte e Lazer, Assistente de Diretoria e Planejamento e Gestão, Assistente de Gabinete e Assessor de Gabinete, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 120, de 29 de março de 2018 (Arquivo 22), possuem as seguintes atribuições:

##### **Assistente de Diretoria de Esporte e Lazer**

##### **Atribuições:**

- Assessorar os trabalhos da Diretoria de Esporte e Lazer;

- Elaborar o expediente oficial do Diretor;
- Acompanhar a agenda administrativa e social;
- Acompanhar os prazos;
- Controlar a observância dos prazos para emissão de pronunciamentos, pareceres e informações da responsabilidade do Diretor;
- Exercer outras atividades correlatas.

#### **Assistente de Diretoria e Planejamento e Gestão**

##### Atribuições:

- Assessorar os trabalhos da Diretoria de de Planejamento e Gestão;
- Elaborar o expediente oficial do Diretor;
- Acompanhar a agenda administrativa e social;
- Acompanhar os prazos; controlar a observância dos prazos para emissão de pronunciamentos, pareceres e informações da responsabilidade do Diretor;
- Exercer outras atividades correlatas.

#### **Assistente de Gabinete**

##### Atribuições:

- Assessorar os trabalhos do Gabinete do Prefeito;
- Orientar e acompanhar as atividades;
- Elaborar o expediente oficial do Prefeito;
- Acompanhar a agenda administrativa e social;
- Acompanhar os prazos;
- Controlar a observância dos prazos para emissão de pronunciamentos, pareceres e informações da responsabilidade do Diretor;
- Exercer outras atividades correlatas.

#### **Assessor de Gabinete**

##### Atribuições:

- Assessorar diretamente o Prefeito na sua representação civil, social e administrativa;
- Assessorar o Prefeito na adoção de medidas administrativas que propiciem a harmonização das iniciativas dos diferentes órgãos municipais;
- Prestar assessoramento ao Prefeito, encaminhando-lhe, para pronunciamento final, as matérias que lhe foram submetidas à análise e decisão;
- Assessorar a elaboração do expediente Oficial do Prefeito;
- Supervisionar a elaboração de sua agenda administrativa e social;
- Encaminhar para publicação os atos do Prefeito;
- Controlar a observância dos prazos;
- Supervisionar a organização do cerimonial;
- Outras atividades correlatas.

Note-se que as descrições dos cargos em comissão acima elencadas se destinam ao exercício de atividades meramente burocráticas ou de secretaria, que não exigem, para seu adequado desempenho, relação de especial confiança.

Além disso, em nenhum dos cargos acima elencados foi exigido, como requisito de provimento, o ensino superior completo, o que afasta a complexidade das funções de assessoria.

Registra-se que a mera nomenclatura “assessor” ou “assistente”, não deve ser fator determinante para autorizar o seu provimento em comissão.

Ainda que a denominação tenha por objetivo indicar que a sua função é de “direção, chefia ou assessoramento”, no caso, importa verificar o rol de atribuições do cargo, de modo a comprovar se o seu ocupante atuará, de fato, para tais finalidades e se, para tanto, o elemento fiduciário é indispensável.

Da mesma forma, não é possível admitir a existência de “assessores dos assessores”, de modo a se criar uma escala de cargos em comissão até o último nível hierárquico.

Nesse sentido, registra-se os bem lançados fundamentos do r. Acórdão da ADIN nº 2006867-53.2015.8.26.0000, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

(...) assessoramento de Secretários e Diretores de Divisão não tem a característica de cargos em comissão. Em comissão e de confiança são os próprios Secretários, não podendo, a lei, estender tal relação a seus subordinados, pois a direção, a chefia ou o assessoramento são daqueles e não destes. Interpretar da forma postulada é ampliar a confiança até a vigilantes e porteiros da Secretaria, o que seria um absurdo (...) se o próprio Diretor já é Assessor do Prefeito, incrível querer “Assessor de Assessor” e “Assessor deste Assessor” até o último funcionário de divisão ou da repartição. A fraude ao concurso e à Constituição são insofismáveis. (ADIN nº 2006867-53.2015.8.26.0000. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Rel. Des. Guerrieri Rezende, Decisão unânime, j. 12/08/2015).

Portanto, a manutenção de cargos ocupados, cujas atribuições não possuem características de direção chefia e assessoramento constituem burla à regra do concurso público, e vão de encontro ao artigo 37, inciso V, da Constituição Federal.

Sem prejuízo de outras determinações, sugerimos a comunicação do apontamento ao Ministério Público do Estado de São Paulo para a adoção de providências que entender cabíveis para o caso.

#### **B.1.11.2. GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR**

Com fundamento no artigo 13, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 84/2009 (Evento 37, Arquivo 11), a Prefeitura Municipal de Pedra Bela concede adicional de 15% sobre o valor básico de seus vencimentos ao professor I e II que comprovar ser portador de diploma de licenciatura plena ou licenciatura plena em pedagogia.

Declaração dos pagamentos efetuados no exercício – Arquivo 23.

Tendo em vista que a graduação em licenciatura plena já é requisito para o provimento do cargo (artigo 9º, incisos I e II, da mencionada lei), o pagamento da gratificação de nível universitário é irregular, uma vez que

isso implicaria em duplo pagamento sob idêntico fundamento, em inobservância ao artigo 39, § 1º, inciso II, da Constituição Federal e aos princípios da moralidade, interesse público e eficiência.

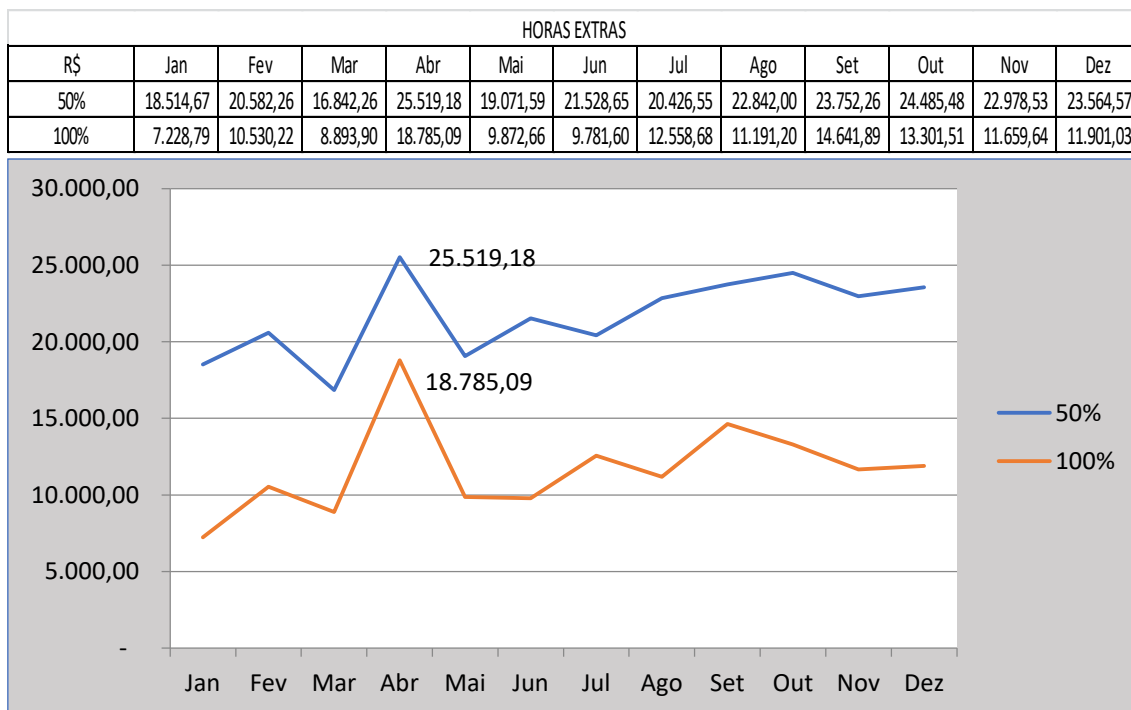
Nesse sentido, transcrevo excertos extraídos de processos analisados por este e. Tribunal de Contas:

(...) O pagamento de Adicional de Nível Universitário aos ocupantes de cargos que já exigem formação de nível superior como requisito de ingresso afronta o princípio da moralidade administrativa, devendo a Câmara adequar sua legislação sobre a matéria. (Primeira Câmara, Contas de Câmara, TC-002433/026/12, Rel. Conselheira Cristiana de Castro Moraes, sessão de 14/05/2019) (...) A concessão de gratificação de nível universitário a ocupantes de cargo de nível superior, mesmo que prevista em Lei Municipal, acarreta vantagens indevidas Ao beneficiário e contraria os princípios norteadores da Administração Pública (eficiência e moralidade, previstos no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 111 da Constituição Estadual Paulista). (Segunda Câmara, Contas de Prefeitura, TC-004488.989.18, Rel. Conselheiro Dimas Ramalho, sessão de 10/03/2020).

Pelo exposto, entendemos irregular o pagamento da mencionada gratificação.

#### **B.1.11.3. HORAS EXTRAS**

Constatamos o pagamento de horas extras conforme quadro abaixo:



Verificamos, conforme dados do quadro acima e pela relação juntada no Arquivo 24, que a realização de horas extras se manteve constante, o que demonstra que a prática ocorreu de forma contumaz e rotineira, não se revestindo da excepcionalidade necessária para a sua legal caracterização.

A título de exemplo, note-se que alguns servidores realizaram exatamente a mesma quantidade de horas extras todos os meses:

### Relação Exemplificativa

Adir de Assis Leonardi - Motorista												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Horas	40	40	40	40	40	10	40	40	40	40	40	40
100%	R\$ 838,54	R\$ 838,54	R\$ 838,54	R\$ 838,54	R\$ 838,54	R\$ 209,63	R\$ 838,54	R\$ 838,54	R\$ 838,54	R\$ 838,54	R\$ 838,54	R\$ 838,54

Andreia D. de Oliveira Souza - Merendeira												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Horas	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
50%	R\$ 303,05	R\$ 303,05	R\$ 303,05	R\$ 303,05	R\$ 303,05	R\$ 303,05	R\$ 303,05	R\$ 303,05	R\$ 303,05	R\$ 303,05	R\$ 303,05	R\$ 303,05

Andreia Ometo - Dentista												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Horas	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
50%	R\$ 1.253,14	R\$ 1.253,14	R\$ 1.253,14	R\$ 1.253,14	R\$ 1.253,14	R\$ 1.253,14	R\$ 1.253,14	R\$ 1.253,14	R\$ 1.253,14	R\$ 1.253,14	R\$ 1.253,14	R\$ 1.253,14





Benedito Donisete Pereira - Coletor de Lixo												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Horas	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
50%	R\$ 378,82	R\$ 378,82	R\$ 378,82	R\$ 378,82	R\$ 378,82	R\$ 378,82	R\$ 378,82	R\$ 378,82	R\$ 378,82	R\$ 378,82	R\$ 378,82	R\$ 378,82

Benedito P. Rodrigues - Pedreiro												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Horas	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
50%	R\$ 208,27	R\$ 208,27	R\$ 208,27	R\$ 208,27	R\$ 208,27	R\$ 208,27	R\$ 208,27	R\$ 208,27	R\$ 208,27	R\$ 208,27	R\$ 208,27	R\$ 208,27

Eva de Fátima Rodrigues - Escriturário												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Horas	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44
100%	R\$ 555,61	R\$ 555,61	R\$ 555,61	R\$ 555,61	R\$ 555,61	R\$ 555,61	R\$ 555,61	R\$ 555,61	R\$ 555,61	R\$ 555,61	R\$ 555,61	R\$ 555,61

Felipe Ribeiro do Prado - Motorista												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Horas	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22
50%	R\$ 208,35	R\$ 208,35	R\$ 208,35	R\$ 208,35	R\$ 208,35	R\$ 208,35	R\$ 208,35	R\$ 208,35	R\$ 208,35	R\$ 208,35	R\$ 208,35	R\$ 208,35
Horas	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22
100%	R\$ 277,80	R\$ 277,80	R\$ 277,80	R\$ 277,80	R\$ 277,80	R\$ 277,80	R\$ 277,80	R\$ 277,80	R\$ 277,80	R\$ 277,80	R\$ 277,80	R\$ 277,80

Isaac Ferreira Gomes - Motorista												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Horas	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22
50%	R\$ 240,86	R\$ 240,86	R\$ 240,86	R\$ 240,86	R\$ 240,86	R\$ 240,86	R\$ 240,86	R\$ 240,86	R\$ 240,86	R\$ 240,86	R\$ 240,86	R\$ 240,86
Horas	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22
100%	R\$ 321,15	R\$ 321,15	R\$ 321,15	R\$ 321,15	R\$ 321,15	R\$ 321,15	R\$ 321,15	R\$ 321,15	R\$ 321,15	R\$ 321,15	R\$ 321,15	R\$ 321,15

Washington Luiz Fornari - Pintor												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Horas	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
50%	R\$ 312,40	R\$ 312,40	R\$ 312,40	R\$ 312,40	R\$ 312,40	R\$ 312,40	R\$ 312,40	R\$ 312,40	R\$ 312,40	R\$ 312,40	R\$ 312,40	R\$ 312,40

Arquivo 24.

A utilização do instituto das horas extras com pagamentos contínuos e idênticos se constitui, na prática, em complementação salarial, procedimento que está em contrariedade aos princípios constitucionais da eficiência, economicidade e da razoabilidade.

Desta forma, entendemos irregular o pagamento contínuo de horas extras, conforme visto.

#### B.1.11.4. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

A Fiscalização analisou por amostragem as contratações de pessoal por tempo determinado efetuadas no exercício quanto aos aspectos legais, formais e princípios gerais da administração pública, não detectando ocorrências dignas de nota – Arquivo 20.1.

#### B.1.11.5. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Verificamos que no exercício examinado os honorários advocatícios foram pagos através de empenhos diretos, não constando em folha de pagamento – Declaração e Lei Municipal - Arquivo 46 e 46.1.

De acordo com o entendimento desta Casa de Contas (TC-4362/989/16 – Contas de 2016 da Prefeitura Municipal de Mongaguá – Relator Dr. Dimas Ramalho), os pagamentos de honorários advocatícios devem compor a folha de pagamentos dos servidores, conforme se observa no julgado abaixo:

“A Prefeitura apresentou os comprovantes de recolhimento do imposto de renda sobre os valores pagos à título de honorários advocatícios. No entanto, conforme apontado pela Fiscalização, esses valores não compõem a folha de pagamento dos servidores, falha que deve ser corrigida pela Administração.

Os honorários de sucumbência pagos aos procuradores municipais possuem natureza salarial. Seu pagamento deve observar o teto constitucional e possuir base legal própria do ente, sobre ele incidido imposto de renda. Sob esse prisma é importante que seu valor esteja registrado na folha de pagamento do servidor, para auxiliar no cálculo do valor a ser recolhido e facilitar o controle, medida que fica aqui determinada”.

#### B.1.12. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

CARGOS	SECRETÁRIOS	VICE-PREFEITO	PREFEITO
Valor subsídio inicial fixado para a legislatura	R\$ 2.900,00	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00
(+) 0% = RGA 2017	R\$ 2.900,00	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00
(+) 0% = RGA 2018	R\$ 2.900,00	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00
(+) 0% = RGA 2019	R\$ 2.900,00	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00
(+) 0% = RGA 2020	R\$ 2.900,00	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00
(+) 0% = RGA 2021	R\$ 2.900,00	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00

Declaração – Arquivo 25.

Verificações		
01	A fixação decorre de lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, em consonância com o artigo 29, inciso V, da Constituição Federal?	Sim
02	A fixação é anterior à vedação imposta pelo artigo 8º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020?	Sim
03	Houve efeitos financeiros decorrentes de nova fixação no exercício de 2021?	Prejudicado
04	Foi concedida RGA no exercício de 2021?	Não
05	A revisão remuneratória se compatibiliza com a inflação dos 12 meses	Prejudicado

	anteriores?	
06	A RGA se deu no mesmo índice e na mesma data dos servidores do Executivo?	Prejudicado
07	Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992?	Sim
08	As situações de acúmulos de cargos/funções dos agentes políticos, sob amostragem, estavam regulares?	Sim

Declaração IR - Arquivo 26.

Conforme nossos cálculos, não foram constatados pagamentos maiores que os fixados.

## B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice B+

Segue abaixo a evolução histórica do i-Fiscal, cuja nota “B+” em 2021 demonstra indicador – adequação muito efetiva.

INDICADOR TEMÁTICO	2018	2019	2020	2021
i-FISCAL:	B ↑	B+ ↑	B+ ↓	B+

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme abaixo, podendo comprometer o atingimento das metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Agenda 2030 – ONU, apontadas no item H, deste relatório.

- A Prefeitura Municipal não dispõe de rotina de fiscalização para detectar contribuintes que deixaram de emitir a Nota Fiscal de Serviços por determinado período ou que apresentaram queda acentuada em suas operações, a fim de detectar o fim das atividades ou a sonegação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Não houve divulgação de todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa em tempo real, contrariando o inciso I do artigo 48-A da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. A disponibilização, em tempo real, da receita e despesa possibilita o acompanhamento tempestivo, pelo cidadão, da execução orçamentária e financeira, promovendo o fortalecimento do

controle social e a legitimação das ações praticadas pela Administração Pública Municipal;

- A Prefeitura Municipal realizou o envio dos dados, das informações e dos documentos referentes à Gestão Fiscal e à Prestação Anual de Contas fora do prazo estabelecido no Calendário Anual de Obrigações do Sistema AUDESP, contrariando o artigo 55 das Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

### B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

#### B.3.1 – DA AUSÊNCIA DE AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO NOS PRÉDIOS PÚBLICOS, INCLUSIVE ESCOLA E UNIDADES DE SAÚDE

Não há Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB para os imóveis ocupados pela Prefeitura Municipal de Pedra Bela, conforme declaração constante do Arquivo 27 e constatações “*in loco*” da fiscalização.

Destacamos que a falha é grave, principalmente por tratar o AVCB de requisitos mínimos de segurança para os que frequentam e trabalham nos prédios públicos.

Os fatos demonstram a necessidade da **adoção de medidas imediatas**, haja vista que dentre as falhas apuradas **há questões de segurança envolvidas (AVCB)**, em especial **nos casos de escolas**, por envolver **crianças e adolescentes**, denotando, simultaneamente, o **descumprimento da Constituição Federal (*caput* do artigo 37), do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (artigo 1º da Lei Federal nº 8.069/90) e do Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018.**

Importante destacar que **os Conselhos Municipais de Educação e dos Direitos da Criança e Adolescente** devem tomar conhecimento da situação aqui relatada, visando o aprimoramento de sua atuação para que ocorrências da espécie não venham se efetivar novamente.

Destacamos Decisão proferida no TC-4617.989.18 (Evento 169), referente às contas de 2018 da Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, sob Relatoria do Exmo. Senhor Conselheiro Dr. Dimas Ramalho, que destacou e determinou:



Quanto aos estabelecimentos físicos, consta nos autos que existiam unidades de ensino que necessitavam de reparos, bem como unidades que não dispunham de AVCB ou alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária. Portanto, **determino** à Prefeitura local imediatas providências a fim de providenciar os devidos reparos em suas escolas. Da mesma forma, **determino** que o Executivo providencie, **imediatamente**, os Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, para todos os prédios públicos.

Considerando o art. 23, parágrafo único, “15”, c/c arts. 139, § 2º e 142 da Constituição Estadual, e o previsto art. 4º, VIII, da Lei Complementar nº 1.257, de 06/01/2015, **determino** o envio de cópia do relatório da fiscalização e deste voto ao corpo de bombeiros do Estado de São Paulo.

Ante o exposto, **propomos seja comunicado o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, para as providências que entender pertinentes.**

### **B.3.2 - DECLARAÇÃO DE BENS DE SERVIDORES E AGENTES POLITICOS**

Verificamos que os servidores públicos municipais e Agentes Políticos constantes da relação anexada no Arquivo 26, apresentaram e atualizaram a declaração de bens.

### **B.3.3 – DA DÍVIDA ATIVA**

De acordo com as informações recebidas da Origem o saldo da Dívida Ativa da Prefeitura de Pedra Bela em 2021 é de R\$ 247.673,76, conforme demonstração abaixo:

Saldo anterior (2020)	R\$ 1.852.845,39
+ inscrições:	R\$ 338.530,29
- Recebimentos:	R\$ 285.951,05
- Cancelamentos:	R\$ 41.766,05
+ Atualização:	R\$ 272.924,95
= Saldo antes do ajuste:	R\$ 2.136.583,53
- Provisões para perdas (*):	R\$ 1.888.909,77
= Saldo final da Dívida Ativa (2021)	R\$ 247.673,76



Saldo final da Dívida Ativa (2021), incluindo provisões para perdas.	2.136.583,53
---	--------------

Declaração da Origem – Arquivo 43.1.  
RAAE – Arquivo 07.

Observa-se que a grande diferença do saldo de 2020 para 2021, deve-se ao lançamento em 2021 de provisões para perdas (\*) no valor de R\$ 1.888.909,77.

### **B.3.3.1 – DO CADASTRO DA DÍVIDA ATIVA**

Com base em informações prestadas pela Prefeitura, constatamos que a Origem mantém seu cadastro de transferência de titularidade dos bens imóveis, para fins de IPTU, atualizados de acordo com os artigos 32 e 34 do Código Tributário Nacional<sup>1</sup>.

### **B.3.3.2 – DA HIGIENIZAÇÃO DO CADASTRO DA DÍVIDA ATIVA**

A Prefeitura informou que a última higienização no estoque da dívida ativa foi realizada em novembro de 2020 - Arquivo 43.5.

### **B.3.3.3 – DA COBRANÇA EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL DA DÍVIDA ATIVA**

A Prefeitura informou que dentre os meios de cobrança da dívida ativa de forma extrajudicial realiza a conciliação extrajudicial, expedindo notificações aos devedores Arquivo 43.2. Portanto, não foram implantadas as seguintes modalidades:

- ✓ Parcelamento incentivado de créditos;
- ✓ Facilitação do Pagamento - encaminhamento de boleto bancário ou guia de arrecadação preenchida ao devedor;
- ✓ Protesto extrajudicial da Certidão da Dívida Ativa (CDA);
- ✓ Inclusão do nome do devedor em Cadastro (Ex. Cadastro Informativo Municipal - CADIN);
- ✓ Inclusão do nome do devedor em serviços de proteção ao crédito.

<sup>1</sup> Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

Art. 34. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.



Nota-se que a cobrança de Dívida Ativa por procedimento administrativo é importante não só para aumentar a arrecadação municipal, mas para evitar a proposição de centenas ou milhares de execuções fiscais, muitas vezes às vésperas da prescrição. Neste sentido a importância de serem implantados os procedimentos de cobrança extrajudicial da Dívida Ativa mencionados acima, visando recuperar uma parte substancial do débito de forma administrativa; a via judicial, portanto, deve ser a última alternativa, a ser utilizada quando frustrada a cobrança administrativa ou extrajudicial e, ainda assim, se a execução fiscal for viável, de acordo com os critérios fixados pelo município.

Além disso, destacamos o Comunicado SDG nº 023/2013, que orienta os municípios acerca do tema:

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo comunica que Estado e Municípios contabilizavam em 31 de dezembro de 2012 dívida ativa no total de R\$ 257.633.987.035,00. Reitera-se, diante disso, a necessidade de providências no sentido da recuperação desses valores, seja pela via judicial, observado o teor da consulta respondida nos autos do processo TC-7667/026/08, seja, **especialmente, por meios próprios, mediante cobrança administrativa ou protesto extrajudicial**, este último, inclusive, objeto da consulta respondida nos autos do processo TC-41852/026/10 e previsto no parágrafo único do artigo 1º da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997. Publicado no DOE de 06 de Junho de 2013 Pág. 41. Republicado no DOE de 07 de Junho de 2013 PÁG. 21.

Vale destacar decisão de 20/08/2013 da Primeira Câmara deste Tribunal, sob Relatoria do Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Dimas Ramalho, quando da emissão de Parecer Prévio referente às Contas Anuais de 2011 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna (TC-1325/026/11):

De fato, a execução judicial da dívida ativa deve ser evitada, posto que o Judiciário paulista encontra-se sobrecarregado com expressivo número de execuções fiscais. Também o custo da execução judicial, superior a R\$ 500,00, há de ser considerado.

Porém, existem outras opções, mais céleres e efetivas, que podem trazer resultados positivos, como, por exemplo, a possibilidade legal do protesto extrajudicial, em cartório, dos títulos comprobatórios da dívida ativa. Por oportuno, lembro que esta Corte, em 5 de junho de 2013, emitiu a respeito o Comunicado SDG nº 023/2013.

Conforme alerta Hely Lopes Meirelles em sua obra Direito Municipal Brasileiro, “**a cobrança da dívida ativa municipal é geralmente descuidada pelas Administrações locais, que estimulam, assim,**



*a impontualidade dos contribuintes no recolhimento dos débitos fiscais, debilitando cada vez mais a arrecadação de receita, como tem sido assinalado pelos mais autorizados financistas ao reclamarem maior atenção dos prefeitos para questão de tal relevância”*

Neste sentido, não se pode admitir os argumentos da Origem, lembrando que a inércia do gestor, neste aspecto, configura ato de improbidade previsto no art. 10, inciso X, da Lei nº 8.429/92.  
Grifo nosso.

Desta forma, além do prejuízo ao erário, diante da Decisão acima, poderá restar configurado ato de improbidade administrativa do Gestor, conforme inciso X do artigo 10 da Lei Federal nº 8429/92:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...)

X - agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

Segue decisão do Exmo. Sr. Auditor Dr. Josué Romero, proferida em 13/04/2020, em análise relacionada ao cancelamento da Dívida Ativa no município de Buritama (TC-7924.989.19), onde resta clara a responsabilidade do Prefeito sobre a gestão da Dívida Ativa:

Portanto, a estratégia da defesa em imputar a responsabilidade pelas irregularidades nos cancelamentos da Dívida Ativa não deve prosperar, pois **a obrigação do gestor não se restringe apenas a nomeação do servidor, mas também na sua escolha e supervisão**, vigiando seus atos, mesmo que por amostragem e de forma aleatória. **A gestão do município é de inteira responsabilidade do Prefeito**, haja vista as disposições constitucionais e legais nesse sentido: (...) Assim, não há que se falar em atribuição de responsabilidade a qualquer funcionário que seja, haja vista que nem a LOM de Buritama estabelece qualquer atribuição que não seja ao Prefeito. Logo, vejo claras evidências que levam ao detrimento do fisco municipal, **em clara afronta aos princípios que regem a Administração Pública dispostos no artigo 37, caput, da Constituição Federal** e ao parágrafo 1º do artigo 298 da Lei Complementar Municipal nº 01 de 29/12/1998. Vejo ainda, um desrespeito com o Juízo da execução fiscal pela falta de comunicação da desistência da Administração Municipal em prosseguir com a ação de execução, face ao cancelamento do débito inscrito em Dívida Ativa. Pelo exposto, à vista dos elementos que

instruem os autos e das reiteradas reincidências nas irregularidades, nos termos do artigo 73, § 4º da Constituição Federal e a Resolução nº 03/2012 deste Tribunal, **JULGO IRREGULARES** os cancelamentos da Dívida Ativa mediante formalização de processo no exercício de 2016, no valor de R\$ 405.864,51, nos termos do disposto no artigo 33, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar nº 709/93.

Contatamos que o montante de dívida ativa executada judicialmente em 2021 foi de R\$ 332.395,80, que corresponde a 15,6% do total da Dívida Ativa municipal R\$ 2.136.583,53. O total da Dívida Ativa em execução judicial até 2021 foi de R\$ 667.296,39, equivalente a 31,2% do total devido – Arquivo 43.3.

De acordo com a Prefeitura não houve prescrições na dívida ativa no exercício examinado – Arquivo 43.4.

#### **B.3.3.4. DOS PROGRAMAS DE RECUPERAÇÃO FISCAL OU REFIS**

Notamos que nos últimos 4 anos o município implantou 2 vezes o programa de recuperação fiscal ou REFIS.

Além disso, destacamos que 6 contribuintes parcelaram 2 vezes ou mais o mesmo débito tributário nos últimos 4 anos – Arquivo 44.

É sabido que e a realização de programa de recuperação fiscal ou REFIS anualmente estimula a população de forma geral a aguardar pela implantação do próximo programa, independentemente de conseguirem pagar suas dívidas em dia ou não. Assim, o Município deve, s.m.j., valer-se do REFIS como medida excepcional para a recuperação de créditos.

#### **B.3.4. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO SIAFIC**

Informamos que o Chefe do Poder Executivo Municipal nomeou Comissão Especial Gestora de Avaliação do Decreto Federal nº 10.540/2020 em 30/04/2021, confirmando o Plano para implantação do SIAFIC, através do Decreto Municipal nº 928/2021, de 01/09/2021 – Arquivo 45.

Em nossa amostragem, verificamos que os prazos estabelecidos no Plano de Ação para implantação do SIAFIC Único, no exercício de 2021, foram cumpridos. Importa consignar que, nos termos do *caput* do artigo 18 do Decreto Federal nº 10.540/2020, os entes federativos deverão observar as disposições do citado decreto a partir de 1º de janeiro de 2023.

### **B.3.5 – DA ESCRITURA PÚBLICA DOS BENS IMÓVEIS.**

Informamos que nem todos os imóveis de propriedade da municipalidade contam com Escritura Pública e Registro no Cartório de Imóveis, contrariando o artigo 167 c/c artigo 169 da Lei Federal nº 6.015/73, conforme relação de bens no evento 37, Arquivo 15.

### **B.3.6. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

## **PERSPECTIVA C: ENSINO**

### **C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO**

Conforme informado ao Sistema Audesp, a despesa educacional atingiu 25,51 % da receita resultante de impostos, 93,43% do Fundeb recebido, sendo 64,92% na aplicação com profissionais da educação básica – Arquivo 28, p. 01 e 03.

De nossa parte, verificamos o que segue:



IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			
<b>RECEITAS</b>	R\$	19.895.837,79	
Ajustes da Fiscalização			
<b>Total de Receitas de Impostos - T.R.I.</b>	R\$	19.895.837,79	
FUNDEB - RECEITAS			
Retenções	R\$	3.550.561,52	
Transferências recebidas, inclusive complementação VAAT (se houver)	R\$	5.415.598,13	
Receitas de aplicações financeiras, incluindo VAAT (se houver)	R\$	24.045,58	
Ajustes da Fiscalização			
<b>Total das Receitas do FUNDEB - T.R.F.</b>	R\$	5.439.643,71	
FUNDEB - DESPESAS			
Despesas com Profissionais da Educação Básica	R\$	3.531.543,12	
Outros ajustes da Fiscalização (70%)			
<b>Total Despesas Líquidas - Profissionais da Educação Básica (mínimo: 70%)</b>	R\$	3.531.543,12	64,92%
Demais Despesas	R\$	1.550.784,30	
Outros ajustes da Fiscalização (30%)	R\$	70.341,85	
<b>Total das Demais Despesas Líquidas (máximo: 30%)</b>	R\$	1.621.126,15	29,80%
<b>Total aplicado no FUNDEB</b>	R\$	5.152.669,27	94,72%
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO			
Educação Básica (exceto FUNDEB)	R\$	1.535.159,64	
<b>Acréscimo: FUNDEB retido</b>	R\$	3.550.561,52	
<b>Dedução: Ganhos de aplicações financeiras</b>	-R\$	9.869,39	
<b>Dedução: FUNDEB retido e não aplicado no retorno</b>			
<b>Aplicação apurada até o dia 31.12 2021</b>	R\$	5.075.851,77	25,51%
<b>Acréscimo: FUNDEB: retenção até 10%</b>			
<b>Dedução: Restos a Pagar não pagos - recursos próprios - até 31.01. 2022</b>			
<b>Outros ajustes da Fiscalização - Recursos Próprios</b>			
<b>Aplicação final na Educação Básica</b>	R\$	5.075.851,77	25,51%
PLANEJAMENTO ATUALIZADO DA EDUCAÇÃO			
<b>Receita Prevista Realizada</b>	R\$	17.701.625,00	
<b>Despesa Fixada Atualizada</b>	R\$	5.320.975,00	
<b>Índice Apurado</b>			30,06%

**Observações:**

1. Outros ajustes da fiscalização 30% - Conforme informação da Origem – Publicação Diário Oficial Eletrônico e RREO emitido pelo SIOPE – Arquivo 29, p. 1 a 5, e Demonstrativo Audep “Despesa com Educação” – R\$ 70.341,85 - Arquivo 28.
2. Receitas de Aplicação financeira Fundeb Diferido em 2022 R\$ 1.113,22 – Arquivo 29, p. 6.



<b>Aplicação do FUNDEB residual até 30.04 do exercício seguinte:</b>	<b>2022</b>	286.974,44
<b>Receitas de Impostos e Transferências de Impostos</b>	<b>R\$</b>	<b>19.895.837,79</b>
<b>Retenções ao FUNDEB</b>	<b>R\$</b>	<b>3.550.561,52</b>
Receitas de transferências FUNDEB e complementação VAAT (se houver), sem rendimentos	R\$	5.415.598,13
Receitas de aplicações financeiras, incluindo VAAT (se houver)	R\$	25.158,80
Despesas com recursos do FUNDEB	R\$	5.152.669,27
<b>Saldo FUNDEB para aplicação no 1º quadrimestre de:</b>	<b>2022</b>	<b>R\$ 288.087,66</b>
<b>Máximo de até 10% do FUNDEB acrescentável aos 25% (art. 212, CF)</b>	<b>R\$</b>	<b>288.087,66</b>
Empenho e pagamento com FUNDEB residual feitos no primeiro quadrimestre de	2022	R\$ 288.087,66
Saldo do FUNDEB residual não empenhado e pago até o primeiro quadrimestre de	2022	
<b>Valor a ser adicionado à aplicação de</b>	<b>2021 para compor o mínimo de 25%</b>	<b>R\$ 288.087,66</b>
Aplicação na Educação até 31.12 de	2021	R\$ -
<b>Aplicação em 31.12 de</b>	<b>2021 mais FUNDEB utilizado até 30.04 de</b>	<b>2022 R\$ 288.087,66</b>

Saldo FUNDEB para aplicação 1º quadrimestre de 2022: R\$ 286.974,44 + receitas de aplicações financeiras em 2022 R\$ 1.113,22 (2022) = R\$ 288.087,66.

De acordo com as informações da Origem a utilização dos recursos de diferimento em 2021 foi autorizada por crédito adicional especial aprovado por Lei Municipal nº 802/2022 de 23/02/2022, sendo desembolsada a cifra total de R\$ 288.087,66 com distribuição de abono a todos os profissionais em efetivo exercício na rede municipal de ensino (Lei Federal nº 14.276/2021, artigo 26, §1º, inciso II, e §2º) – Arquivo 30.

<b>FUNDEB - RECEITAS</b>			
<b>Retenções</b>	<b>R\$</b>	<b>3.550.561,52</b>	
Transferências recebidas, inclusive complementação VAAT (se houver)	R\$	5.415.598,13	
Receitas de aplicações financeiras, incluindo VAAT (se houver)	R\$	24.045,58	
Ajustes da Fiscalização	R\$	-	
<b>Total das Receitas do FUNDEB - T.R.F.</b>	<b>R\$</b>	<b>5.439.643,71</b>	
<b>FUNDEB - DESPESAS</b>			
Despesas com Profissionais da Educação Básica	R\$	3.531.543,12	
Outros ajustes da Fiscalização (70%)	R\$	-	
<b>Despesas Líquidas no exercício - Profissionais Educ. Básica (mín. 70%)</b>	<b>R\$</b>	<b>3.531.543,12</b>	<b>64,92%</b>
Aplicação parcela diferida: empenhada/liquidada/paga até 30/04 ano seguinte	R\$	288.087,66	
<b>Despesas com parcela diferida - Profissionais Educ. Básica (mín. 70%)</b>	<b>R\$</b>	<b>3.819.630,78</b>	<b>70,22%</b>
Demais Despesas	R\$	1.550.784,30	
Outros ajustes da Fiscalização (30%)			
<b>Demais Despesas Líquidas no exercício (máx. 30%)</b>	<b>R\$</b>	<b>1.550.784,30</b>	<b>28,51%</b>
Aplicação parcela diferida: empenhada/liquidada/paga até 30/04 ano seguinte			
<b>Despesas com parcela diferida - Demais Despesas (máx. 30%)</b>	<b>R\$</b>	<b>1.550.784,30</b>	
<b>Total aplicado no FUNDEB durante o exercício</b>	<b>R\$</b>	<b>5.082.327,42</b>	<b>93,43%</b>
<b>Total aplicado no FUNDEB considerando a parcela diferida</b>	<b>R\$</b>	<b>5.370.415,08</b>	<b>98,73%</b>

Conforme apurado pela Fiscalização, o município aplicou 25,51%, cumprindo o artigo 212 da Constituição Federal.

No exercício em exame foram aplicados 94,72% do Fundeb



recebido, observando o percentual mínimo de 90%, sendo que, por meio de crédito adicional aberto para tal finalidade, constatamos a utilização da parcela diferida no 1º quadrimestre do exercício seguinte, atendendo-se ao artigo 25, *caput* e § 3º, da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Demais disso, após os ajustes efetuados pela Fiscalização, verificamos que relativamente ao Fundeb, empregou o município 70,22 % na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, dando cumprimento ao artigo 212-A, inciso XI, da Constituição Federal e ao artigo 26 da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

### C.1.1. APLICAÇÃO NO FUNDEB

Verificações		
01	As despesas do Fundeb foram executadas exclusivamente na conta bancária vinculada (Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal), sem transferências para outras contas, nos termos do artigo 21 da Lei Federal nº 14.113/2020?	Sim
01.1	A conta corrente única e específica vinculada ao Fundeb é de <b>titularidade do órgão responsável pela educação</b> , nos termos do artigo 69, § 5º, da Lei Federal nº 9.394/1994 c/c artigo 21, § 7º, da Lei Federal nº 14.113/2020?	Sim
02	Para compor os 70% com profissionais da educação básica, o Município concedeu abono/14º salário/etc. ao final do exercício?	Sim
02.1	A concessão de abono foi embasada em lei específica e critérios para a concessão?	Sim
03	A folha de pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, paga com os 70% do Fundeb, teve-se <b>a professores e trabalhadores com diploma em pedagogia</b> em funções de administração, planejamento, supervisão, inspeção, orientação educacional e <b>psicólogos/assistentes sociais</b> participantes obrigatoriamente de <b>equipe multiprofissional</b> ?	Sim

### C.1.2. APLICAÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO VAAT NO FUNDEB

O município não recebeu complementação no exercício em exame.

### C.1.3. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO

A Fiscalização não identificou valores **despendidos com inativos da educação básica** incluídos nos mínimos constitucionais do Ensino.

Com base nos dados informados ao IEG-M, não constatamos demanda não atendida nos níveis de ensino ofertados pelo município.

Conforme informado pela Origem, houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, nos termos da Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 e da redação original do artigo 26, parágrafo único, inciso II, da Lei Federal nº 14.113/2020, atual artigo 26-A com a redação dada pela Lei Federal nº 14.276, de 27/12/2021, sendo tais despesas custeadas com Fundeb 30%, incluídas nos mínimos educacionais – Arquivo 31.


Houve contratação de pessoal, sendo psicólogos e assistentes sociais, via tempo determinado cuja análise sob amostragem, não apresentou irregularidades – Arquivo 20.1.

#### **C.1.4. VISITAS AS ESCOLAS – FISCALIZAÇÃO “IN LOCO”**

##### **1. EMEF PITANGUEIRAS DE CIMA (Rural)**



Inadequações verificadas

<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de identificação da unidade escolar</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Rachaduras, falhas de pintura.</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>Azulejo quebrado</li> </ul>	
--	--

## 2. EMEF PITANGUEIRAS DE BAIXO (Rural)

### Inadequações verificadas

<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de identificação da unidade escolar</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Freezer quebrado</li> </ul>	

## 3. TRANSPORTE ESCOLAR

### INADEQUADO

- Transporte sujo, pneus carecas, bancos danificados, sem cinto de segurança, motorista não apresentou habilitação para conduzir veículos.



## C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice C

Segue abaixo a evolução histórica do i-Educação, cuja nota “C” em 2021 demonstra indicador - baixo nível de adequação.

INDICADOR TEMÁTICO	2018	2019	2020	2021
i-EDUC:	C ↑	B ↑	C+ ↓	C ↓

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme abaixo, podendo comprometer o atingimento das metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Agenda 2030 – ONU, apontadas no item H, deste relatório.





- A Prefeitura Municipal possui mais de 10% do quadro de professores de creche como temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 9, de 02 de abril de 2009, e pela estratégia 18.1 da Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014);
- Em 2021, houve rotatividade de professores superior a 20% em estabelecimentos de creche. De acordo com Lapo e Bueno (2003, p. 71), a “rotatividade gera uma falta de vínculo do professor com a escola, o que pode trazer graves consequências para um tão necessário e almejado ensino de qualidade”;
- Nem todos os professores regentes de creche participaram de cursos de capacitação no ano de 2021, contrariando a Meta 16 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014) e o inciso II do artigo 67 e o inciso III do § 3º do artigo 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Menos de 50% dos estabelecimentos de Pré-Escola possuem turmas em tempo integral. A Meta 6 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014) é oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos (as) da educação básica;
- Nem todos os professores regentes de Pré-Escola participaram de cursos de capacitação no ano de 2021, contrariando a Meta 16 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014) e o inciso II do artigo 67 e o inciso III do § 3º do artigo 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Todos os professores de Pré-Escola possuem formação de nível superior, obtida em curso de licenciatura, conforme instituído no artigo 62 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394, artigo 62) e na Meta 15 do Plano Nacional de Educação;
- Menos de 25% dos alunos de Pré-Escola concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2021, referente a Meta 6 do Plano Nacional de Educação - PNE (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014). Com base no total de matrículas informado pelo município (Q. 2.20);
- A Prefeitura Municipal informou que há alunos de Pré-Escola que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, mas não houve Atendimento Pedagógico Especializado (APE) na Rede Municipal de Ensino. Assunto abordado no inciso III do artigo 54 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990; no inciso III do artigo 4º e no Capítulo V - DA EDUCAÇÃO ESPECIAL da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e das estratégias 1.11, 4.2, 4.4 e 6.8 da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014;

- Nem todos os estabelecimentos que oferecem os Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem laboratório de informática, contrariando o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE nº 08/10. Este assunto também é abordado na estratégia 6.3 e 7.15 da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014;
- Menos de 50% dos estabelecimentos para os Anos Iniciais possuem turmas em tempo integral. A Meta 6 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014) é oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica. Ademais, o § 2º do artigo 34 e o § 5º do artigo 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estimulam a progressão do Ensino Fundamental para o regime de tempo integral;
- Em 2021, houve rotatividade de professores superior a 20% em estabelecimentos dos Anos Finais do Ensino Fundamental. De acordo com Lapo e Bueno (2003, p. 71), a “rotatividade gera uma falta de vínculo do professor com a escola, o que pode trazer graves consequências para um tão necessário e almejado ensino de qualidade”;
- Nem todos os professores regentes dos Anos Iniciais participaram de cursos de capacitação no ano de 2021, contrariando a Meta 16 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014) e o inciso II do artigo 67 e o inciso III do § 3º do artigo 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Nem todos os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem formação de nível superior obtida em curso de licenciatura, conforme instituído no artigo 62 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394, artigo 62) e na Meta 15 do Plano Nacional de Educação;
- Não houve entrega do uniforme escolar aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 2021. O uso do uniforme escolar é uma boa prática que beneficia o aluno nos seguintes sentidos: 1) Segurança para os alunos: Evita que outras pessoas se infiltrem no meio escolar, possibilita a identificação dos alunos em possíveis situações de perigo na rua e ainda contribui para evitar a evasão escolar; 2) Economia: Evita o uso de roupas normais, representando uma economia financeira. 3) Respeito: Incentiva o respeito às normas e disciplina impostas pelas escolas, o que é fundamental para a vida em sociedade. 4) Igualdade: Evita o consumismo e disputa de status, muito comum entre adolescentes. Atua também evitando determinadas situações discriminatórias que ensejam a prática de *bullying*. 5) Atenção voltada para o aprendizado: O uso do uniforme mantém o foco do aluno na aprendizagem, pois todos



igualmente fazem parte do grupo e possuem os mesmos interesses, no caso a aprendizagem;

- A Prefeitura Municipal possui, em média, mais de 10 alunos por computador para as turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, contrariando o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE nº 08/10. Este assunto também é abordado na estratégia 7.15 da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014;
- Nem todos os professores regentes dos Anos Finais participaram de cursos de capacitação no ano de 2021, contrariando a Meta 16 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014) e o inciso II do artigo 67 e o inciso III do § 3º do artigo 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Menos de 25% dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2021, referente a Meta 6 do Plano Nacional de Educação - PNE (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014). Com base no total de matrículas informado pelo município (Q4.26). Ademais, o § 2º do artigo 34 e o § 5º do artigo 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estimulam a progressão do Ensino Fundamental para o regime de tempo integral;
- Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB vigente no ano de 2021. O Decreto Estadual nº 63.911, de 10/12/2018, instituiu o Regulamento de Segurança Contra Incêndios das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 1.257, de 6 de janeiro de 2015.

## PERSPECTIVA D: SAÚDE

### D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados, cumprindo a referida determinação constitucional/legal:

Artigo 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	29,25%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	28,73%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	26,85%

Sistema Audesp - Arquivo 32

Tendo em vista que foi liquidado e pago montante acima de 15% da receita de impostos, atendendo ao piso constitucional, deixamos de efetuar o acompanhamento previsto no artigo 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

### D.1.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - SAÚDE

#### D.1.1.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Para evidenciar a situação da pandemia no município, consoante informado pelo Poder Executivo municipal, segue a estatística acumulada até o mês de dezembro do exercício em análise:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Número de exames coletados para a Covid-19	1599
Número de casos em análise da Covid-19	0
Número de casos descartados da Covid-19	698
Número de casos confirmados da Covid-19	565
Número de casos recuperados da Covid-19	504
Número de óbitos confirmados de Covid-19	12
Número de óbitos suspeitos de Covid-19	0
Número de óbitos descartados de Covid-19	1
DESCRIÇÃO	ESPECIFICAR
Houve demanda reprimida de leitos de enfermaria em 2021?	NÃO
Houve demanda reprimida de leitos de UTI em 2021?	NÃO

Questionário Gestão de Enfrentamento COVID 19 – Arquivo 33

Períodos com demanda reprimida de leitos de enfermaria: cinco meses de 2021.

Períodos com demanda reprimida de leitos de UTI: seis meses de 2021.

#### D.1.1.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

No contexto da pandemia, constatou-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	SIM / NÃO / PREJUDICADO
Providenciou a formação de equipe multidisciplinar ou comitê de crise para avaliações, deliberações e acompanhamento do planejamento e das ações de enfrentamento à Covid-19?	Sim



Houve participação do Conselho Municipal de Saúde na citada equipe multidisciplinar ou comitê de crise?	Sim
A Administração realizou divulgação à população das medidas sanitárias sobre o enfrentamento à Covid-19?	Sim
Foi elaborado plano municipal de enfrentamento à Covid-19?	Sim
Foram criados instrumentos (planilhas e/ou aplicativos) para o acompanhamento da involução ou evolução das demandas relacionadas às ações de enfrentamento à Covid-19?	Não

Questionário Gestão de Enfrentamento COVID 19 – Arquivo: 33

### D.1.1.3. HOSPITAIS DE CAMPANHA

O município não implantou hospital de campanha no exercício em exame.

### D.1.1.4. EQUIPAMENTOS RECEBIDOS

A Origem informou, e a Fiscalização constatou que o município não recebeu equipamentos médico-cirúrgicos para enfrentamento à pandemia da Covid-19.

### D.1.1.5. DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES (COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS)

Quanto às aquisições e contratações, em geral, sob amostragem não constatamos ocorrências dignas de nota.

A Origem informou, e a Fiscalização constatou o seguinte:

Descrição	Sim / Não / Prejudicado
A Prefeitura realizou dispensas de licitação fundamentadas no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, para enfrentamento da Covid-19?	Não
A Prefeitura realizou dispensas de licitação com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, Lei Federal nº 14.124, de 10 de março de 2021, ou Lei Federal nº 14.217, de 13 de outubro de 2021, para enfrentamento da Covid-19?	Não
A Prefeitura realizou contratação a partir da adesão a registro de preços promovido por outro ente federativo (carona), para enfrentamento da Covid-19?	Não

## D.1.2. REPASSES A ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR

### D.1.2.1. DOS REPASSES EFETUADOS

Informamos que o município **não** efetuou repasses às entidades do terceiro setor para enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19.

## D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice C+

Segue abaixo a evolução histórica do **I-SAÚDE** cuja nota “C+” em 2021 demonstra indicador - em fase de adequação.

INDICADOR TEMÁTICO	2018	2019	2020	2021
I-SAÚDE:	C+ ↑	B ↑	C+ ↓	C+ ↓

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme abaixo, podendo comprometer o atingimento das metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Agenda 2030 – ONU, apontadas no item H, deste relatório.

- Nem todas as metas previstas para os indicadores do Plano Municipal de Saúde (2018-2021) foram atingidas, comprometendo a eficácia das ações governamentais;
- Não houve treinamento específico aos membros do Conselho Municipal de Saúde. Conforme previsão do Ministério da Saúde no Caderno Técnico, referente as Diretrizes Nacionais para Capacitação de Conselheiros de Saúde (2002), a constante atualização dos membros do conselho é uma boa prática;
- Não houve apresentação dos Relatórios do 1º e 2º Quadrimestres de 2021 em audiência pública na Câmara Municipal dentro do prazo, contrariando artigo 36, §5º, da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
- Nenhuma unidade de saúde (estabelecimento físico) possui AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do

Corpo de Bombeiros), contrariando Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018 e Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, contrariando Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;
- Não houve gestão do estoque de insumos para controle de vetores (inseticidas, larvicidas) de interesse da Vigilância em Saúde, incluindo o armazenamento e o transporte desses insumos para seus locais de uso, contrariando o inciso XIV do artigo 11 da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.378, de 09 de julho de 2013;
- Não houve implantação da Ouvidoria da Saúde em âmbito municipal, contrariando o item h do artigo 5.1 da Resolução CIT (Comissão Intergestores Tripartite) nº 4, de 19 de julho de 2012.

### D.3 – VERIFICAÇÃO DE RESOLUTIVIDADE NO AGENDAMENTO DE EXAMES E CONSULTAS DE ESPECIALIDADES MÉDICAS

Com base em informações da Origem “*in loco*” a gestão de primeira consulta e o retorno é realizado através de sistema informatizado.

De acordo com as informações (Arquivo 34), há casos em que o tempo de espera para agendamento de consultas médicas pode demorar 10 meses – na especialidade Reumatologia (considerando o cálculo apenas para estatística, sem novos agendamentos), sendo que a solicitação mais antiga nesta especialidade foi feita em 20/07/2021. No caso da especialidade Alergista a solicitação da consulta mais antiga data de 04/01/2021.

DEMANDA REPRIMIDA - CONSULTA ELETIVA (POSIÇÃO EM 31/12/2021)				
Especialidades Médicas	Qtd. Pacientes na Lista de Espera (A)	Consultas disponibilizadas por mês (A)	Data da solicitação mais antiga aguardando atendimento	Tempo Necessário para Zerar a Demanda Reprimida (A/B), sem considerar os novos agendamentos.
Nefrologia	43	6	01/12/2021	7 meses
Vascular	23	21	17/11/2021	1 mês
Dermatologista	44	59	26/01/2021	Menor que 1 mês
Endocrinologia	8	22	26/12/2021	Menor que 1 mês
Reumatologia	20	2	20/07/2021	10 meses

Neurologia	8	2	11/02/2021	4 meses
Alergista	10	7	04/01/2021	2 meses
Cirurgia Cabeça/pescoço	2	0	08/06/2021	Sem previsão
<b>TOTAL</b>	<b>158</b>	<b>119</b>		

Arquivo 34, p.1.

Com relação à demanda reprimida de exames, chama a atenção o exame de Ecocardiograma cuja demanda (considerando o cálculo apenas para estatística, sem novos agendamentos), pode demorar 5 meses para ser atendida. Conforme os dados fornecidos pela Secretaria de Saúde do Município, se observa no quadro abaixo que as solicitações mais antigas, aguardando atendimento de USG Abdômen e USG Articulação foram feitas em janeiro e fevereiro de 2021, necessitando, evidentemente, mais atenção do Órgão público.

DEMANDA REPRIMIDA DE EXAMES (POSIÇÃO EM 31/12/2021)				
Exames	Qtd. Pacientes na Lista de Espera (A)	Exames disponibilizados por mês (B)	Data da solicitação mais antiga aguardando atendimento	Tempo Necessário para Zerar a Demanda Reprimida (A/B), sem considerar os novos agendamentos.
Colonoscopia	25	20	04/03/2021	1 mês
Doppler Vascular	15	11	17/11/2021	2 meses
Eletro-neuro	20	17	21/10/2021	1 mês
USG Abdômen	26	15	26/01/2021	1 mês
USG Articulação	30	30	04/02/2021	1 mês
Eco cardiograma	10	2	04/08/2021	5 meses
<b>TOTAL</b>	<b>126</b>	<b>95</b>		

Arquivo 34, p.2.

Destaca-se o entendimento deste E. Tribunal quando da análise das Contas de 2018 da Prefeitura Municipal de Itapuí (TC-4425.989.18), sob Relatoria do Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Dimas Ramalho:

Ainda de acordo com a instrução, existe grande demanda reprimida para consultas e exames médicos, o que demonstra que não basta a





aplicação dos valores exigidos pela Constituição Federal para garantir a qualidade do serviço prestado à população. Como bem ensina o Professor Conti:

“Uma boa gestão desse complexo sistema de saúde pública é evidentemente fundamental, pois, como já tenho repetido exaustivamente em várias colunas, **mais do que dinheiro, o setor público precisa é de uma administração mais eficiente**, o que exige estudos, planejamento e medidas não só de curto, mas também e principalmente de médio e longo prazos”.

**Recomendo** à Origem que adote ações com vistas à melhoria da gestão da saúde municipal de Itapuí.

Vejamos decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL. DIREITO À SAÚDE. REALIZAÇÃO DE EXAME MÉDICO. DEVER DO ESTADO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que é **obrigação dos entes da Federação promover os atos indispensáveis à concretização do direito à saúde, tais como, na hipótese em análise, a realização de exame em favor da recorrida**, paciente destituída de recursos materiais para arcar com o próprio tratamento.

II – Em relação aos limites orçamentários aos quais está vinculado o ora recorrente, saliente-se que o Poder Público, ressalvada a ocorrência de motivo objetivamente mensurável, não pode se furtar à observância de seus encargos constitucionais.

III – Agravo regimental a que se nega provimento.

Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo nº 819.516. Relator Ministro Ricardo Lewandowski, sessão de 26/08/2014. Grifo nosso.

Por todo o exposto, entendemos, s.m.j., que o **atual cenário de severa restrição ao acesso de consultas médicas de especialidades e exames médicos** no Município representa **grave afronta ao direito social da saúde**, garantido pelo artigo 6º da Constituição Federal<sup>2</sup>, bem como **ineficácia** por parte do Poder Executivo na **gestão de políticas sociais relacionadas às ações e serviços públicos de saúde**, em descumprimento ao artigo 196 do referido diploma legal<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Artigo 6º São direitos sociais a educação, a **saúde**, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Grifo nosso.

<sup>3</sup> Artigo 196. **A saúde é direito de todos e dever do Estado**, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Grifo nosso.



Destacamos que o município possui Índice “C+” no I-SAÚDE, que indica médio risco segundo critérios do IEG-M.

Por se tratar de falha grave e de grande repercussão social, **propomos seja comunicado o Ministério Público Estadual** para as providências que entender pertinentes.

#### **D.4 - PUBLICAÇÃO DE ESCALAS DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM SÍTIOS ELETRÔNICOS (INTERNET)**

O artigo 5º, inciso XXXIII<sup>4</sup>, da Constituição Federal garantiu a todos os cidadãos o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse geral ou coletivo, desde que tais informações não estejam resguardadas por sigilo necessário à segurança do Estado e da sociedade.

No mesmo sentido, a Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2017, que regulamentou o direito de acesso a informações, veio reforçar a importância do Poder Público utilizar instrumentos de publicidade, ao dispor em seu artigo 8º, *caput*, e § 2º o que segue:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

(...)

§ 2º Para cumprimento do disposto no **caput**, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

A publicação de escalas de plantões em páginas eletrônicas, além de ser uma informação de interesse coletivo, é um instrumento eficaz de controle, fiscalização e garantia do acesso à saúde pelos seus usuários.

Registra-se ainda que o artigo 3º da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.820/2009 garante aos usuários da saúde atendimento adequado, de qualidade, no tempo certo e a divulgação de todas as informações que se fizerem necessárias para tanto, o que corrobora a indispensável necessidade de ampla divulgação das escalas, inclusive em sítios eletrônicos. Vale destacar os seguintes dispositivos da Portaria referida:

<sup>4</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;



Art. 7º **Toda pessoa tem direito à informação sobre os serviços de saúde** e aos diversos mecanismos de participação.

§ 1º **O direito previsto no caput deste artigo, inclui a informação, com linguagem e meios de comunicação adequados**, sobre:

I - O direito à saúde, o funcionamento dos serviços de saúde e sobre o SUS;

II - Os mecanismos de participação da sociedade na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas e da gestão do SUS;

(...)

§ 2º **Os órgãos de saúde deverão informar as pessoas sobre a rede SUS mediante os diversos meios de comunicação**, bem como nos serviços de saúde que compõem essa rede de participação popular, em relação a:

I - Endereços;

II - Telefones;

III - horários de funcionamento; e

IV - Ações e procedimentos disponíveis.

§ 3º Em cada serviço de saúde deverá constar, em local visível à população:

I - Nome do responsável pelo serviço;

II - Nomes dos profissionais;

III - horário de trabalho de cada membro da equipe, inclusive do responsável pelo serviço; e

IV - Ações e procedimentos disponíveis.

§ 4º **As informações prestadas à população devem ser claras, para propiciar a compreensão por toda e qualquer pessoa.** (Grifo nosso).

Por oportuno, registra-se que variados municípios, inclusive de grande porte, editaram leis com previsão de obrigatoriedade de publicação de escalas e plantões médicos em sítios eletrônicos (*internet*). Exemplos: Campinas (Lei Municipal nº 16.114, de 22/09/2021); Osasco (Lei Municipal nº

4.803, de 17/05/2017), Bertioga (Lei Municipal nº 1.272, de 09/11/2017), Sorocaba (Lei Municipal nº 9.814, de 16/11/2011).

No caso, verificamos que a Prefeitura Municipal de Pedra Bela não disponibiliza as escalas de plantões e consultas dos profissionais da saúde em sítios eletrônicos (*internet*), em inobservância ao artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e ao artigo 8º, *caput*, da Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2017.

Por esse motivo, propomos que a Origem adote as providências necessárias para divulgação das escalas de plantões dos profissionais da saúde, tanto das unidades de gestão própria, como das unidades terceirizadas, em sítios eletrônicos (*internet*) e em locais de fácil acesso ao público, de modo a constar o nome do profissional, o seu número de registro no Conselho competente, bem como o dia e o horário de trabalho.

## PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

### E.1. IEG-M – I-AMB – Índice C

Segue abaixo a evolução histórica do **I-AMB** cuja nota “C” em 2021 demonstra indicador - baixo nível de adequação.

INDICADOR TEMÁTICO	2018	2019	2020	2021
i-AMB:	C ↓	C ↑	C ↓	C ↑

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme abaixo, podendo comprometer o atingimento das metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Agenda 2030 – ONU, apontadas no item H, deste relatório.

- Não foi instituída lei regulamentando a proibição de queimada urbana pelo Município. Essa atividade, fora do escopo legal, pode ser classificada como crime previsto no artigo 54 da Lei Federal nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998. Ademais, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), houve registro de focos de queimada no município no ano de 2021;

- Nem todas as metas do plano municipal ou regional de saneamento básico foram cumpridas dentro do prazo. Um dos princípios fundamentais da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, é a integralidade, que compreende o acesso aos serviços de saneamento da população de acordo com suas necessidades e que se maximize a eficácia das ações e dos resultados. O não cumprimento das metas estabelecidas no plano desrespeita o compromisso público assumido com a população que necessita do serviço eficaz e eficiente;
- O cronograma de metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) não contém previsão das metas de redução de resíduos sólidos secos dispostos em aterros; metas de redução de resíduos sólidos úmidos dispostos em aterros. Estas metas estão elencadas no artigo 19, inciso XIV, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;
- Nem todas as metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foram cumpridas dentro do prazo;
- A Prefeitura Municipal não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado, contrariando o artigo 11 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações;
- Segundo dados constantes na base de dados do SNIS referência 2020, uma parcela dos domicílios do município estava em situação de risco de inundação.

#### **E.1.1. DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

A Prefeitura Municipal de Pedra Bela instituiu o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, através da Lei Municipal nº 633, de 24 de abril de 2019 – Arquivo 39. Verificamos sua disponibilização ao público no endereço eletrônico <https://leismunicipais.com.br/camara/sp/pedra-bela>.

Os serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário são prestados por meio de concessão – Convênio entre o Estado de São Paulo, com a interveniência e anuência da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP e o Município de Pedra Bela SP. – Arquivo 38.

Relativo ao exercício de 2021, o Município informou que as metas da área urbana indicadas no PMSB foram atendidas.

Em relação às demais áreas, de acordo com a Prefeitura, está se estudando ações para desenvolver de maneira sustentável, sendo a implantação de sistemas individuais a melhor opção encontrada no momento – Arquivo 35, p.1.

Portanto, nem todas as metas do plano municipal de saneamento básico foram cumpridas.

A data prevista para universalização de água potável é até 31/12/2033.

Quanto à regulação e à fiscalização dos serviços de saneamento básico do município, a entidade responsável é a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – ARSESP.

No exercício de 2021, a ARSESP apontou as não conformidades descritas no documento “Relatório e Laudo de Contestação Técnica da ARSESP” - Arquivo 36. O relatório de fiscalização de saneamento verificou a qualidade da prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e comercial.

A título de exemplo, entre os apontamentos de não conformidades elencamos os seguintes:

### **Pedra Bela – SAA**

1. **“Booster”** - Inexistência de conjunto motobomba reserva instalado.

2. **Captação Subterrânea**

#### **Poço 31**

- As condições de armazenamento do produto de desinfecção são inapropriadas devido à temperatura ambiente, ventilação, espaço livre para a circulação e/ou isolamento das áreas administrativas. O local não possui ventilação nem baia para contenção de vazamentos;
- O teor de flúor na água tratada encontrava-se adequado. Apesar de os teores de flúor na água tratada apresentados estarem adequados, a frequência do monitoramento está em desacordo com o que prevê o Anexo 13 da Portaria GM/MS nº888, de 4 de maio de 2021 (frequência a cada 2 horas). Segundo apurado na fiscalização, a frequência do monitoramento acontece a cada 2 ou 3 dias;
- Equipamento de análise de pH descalibrado. O registro de calibração pedido no item 2 do RI nº SFFS-390-101221-9403-2020 não foi apresentado;
- Não existe falha na estrutura do prédio da casa de química que comprometa sua segurança. A Licença de funcionamento da Vigilância está vencida desde 29/08/2020;
- A área não está devidamente cercada, limpa, com boas condições de acesso, sem animais (semoventes) habitando e transitando dentro dos limites da instalação. O cercamento da área está danificado (mourões e tela) e o acesso não está em boas condições (carreamento de terra bloqueou a entrada da área e a abertura dos portões);

#### **Poços 5, 32, 34**





- Inexistência, danos e/ou incorreções de sinalização de identificação do painel de controle. Há sinalização de advertência na porta do painel, contudo não há na parte externa do abrigo.

#### **Poço 6**

- Inexistência ou inadequações da tampa de proteção do poço. Tampa do poço sem vedação adequada, representando risco de contaminação, principalmente em função da presença de insetos dentro do abrigo do poço.

#### **Poço 7**

- A área não está devidamente cercada, limpa, com boas condições de acesso, sem animais (semoventes) habitando e transitando dentro dos limites da instalação. Não há cercamento da área, favorecendo o acesso de pessoas não autorizadas.

### **3. Reservatório**

#### **Centro**

- Estado de conservação insatisfatório ou inexistência de escada de acesso;
- A área não está devidamente cercada, limpa, com boas condições de acesso, sem animais (semoventes) habitando e transitando dentro dos limites da instalação. Cercamento se encontra danificado, favorecendo a entrada de pessoas não autorizadas;
- Estado de conservação e/ou segurança insatisfatório ou inexistência de coberturas e/ou tampas. A tampa de inspeção do reservatório não está adequada, mangueiras se encontram permanentemente impedindo o seu fechamento e trancamento, favorecendo a entrada de sujeira, insetos e vandalismo;
- Existência de macromedidor na saída do reservatório. A caixa de manobra onde se encontra o macromedidor de saída não possui grade protetora ou guarda-corpo;
- O documento/informação com a evidência da última limpeza e a frequência que ela ocorre, pedidos no item 03 do RI nº SFFS-390-101221-9403-2020, não foram apresentados;
- O documento com o histograma de vazões horárias (entrada e saída) dos últimos 30 dias (10/11/21 à 09/12/21) do reservatório, pedido no item 04 do RI nº SFFS-390-101221-9403 - 2020, não foi apresentado;
- Reservatório em estado de conservação satisfatório. As condições de pintura e limpeza externa são satisfatórias, contudo, tubulações e mangueiras de dosagem estão dispostas de forma precária e desorganizada ao lado da escada de acesso à tampa do reservatório, favorecendo acidentes e falhas de operação. Recomenda-se rever a disposição das mesmas;
- Existência de para-raios. Recomenda-se verificar a integridade e eficiência do sistema de proteção contra descargas atmosféricas, pois, segundo relato dos funcionários, o equipamento automatizador de dosagem com comunicação remota já estava queimado há 3 meses no momento da fiscalização, em virtude de descarga atmosférica.



#### **Pedra**

- O documento/informação com a evidência da última limpeza e a frequência que ela ocorre, pedidos no item 05 do RI nº SFFS-390-101221-9403-2020, não foram apresentados.

#### **Novo Reservatório**

- Inexistência de para-raios.

#### **Sede Esgoto - SEG**

- Lançamento de esgoto sem tratamento no córrego Maciel, próximo à futura EEE e poço P31;
- O documento com o cronograma de operacionalização provisória e definitiva da estação elevatória de esgoto, pedido no item 08 do RI nº SFFS-390-101221-9403-2020, não foi apresentado;
- Lançamento de esgoto sem tratamento no córrego Maciel, próximo ao poço P35;
- O documento com o cronograma de execução de aproximadamente 600 metros de coletor de esgoto que interligará a coleta dos bairros Maciel e CDHU à Estação Elevatória de Esgoto, pedido no item 07 do RI nº SFFS-390-101221-9403-2020, não foi apresentado;
- Lançamento de esgoto sem tratamento no córrego da Pedra Bela, atrás da instalação da ETE.

#### **Sistema de Atendimento Comercial**

- A Sabesp de Pedra Bela não possui agência para atendimento presencial dos usuários. Conforme artigo 107 da Deliberação ARSESP nº 106/2009: "O prestador deverá possuir agências ou postos de atendimento presencial aos usuários, observados os seguintes critérios: I – O prestador possuirá, no mínimo, uma agência ou posto de atendimento para cada 60.000 ligações, sendo que todo município atendido pelo prestador, independentemente de seu porte, possuirá ao menos uma agência ou posto".

Verificamos que a ARSESP emitiu Termo de Notificação de Saneamento, cujo não cumprimento das determinações no prazo estipulado poderá ensejar a aplicação da penalidade de multa prevista no artigo 9º, inciso I, da Deliberação ARSESP nº 31/08 – Arquivo 37.

#### **E.1.1.2. DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Quanto ao estabelecimento das metas, o contrato de prestação de serviços (Arquivo 38) está em consonância com o artigo 11-B da Lei Federal nº 11.445/2007, que impôs:



Art. 11-B. Os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento. (Redação pela Lei Federal nº 14.026, de 2020).

## E.1.2 – GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O município elaborou seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos conforme a Lei Federal nº 12.305/2010. Referido plano foi formalizado através da Lei Municipal nº 633/2019, de 24 de abril de 2019 – Arquivo 39, disponibilizado em página eletrônica na *internet*<sup>5</sup>, sendo observado o atendimento à publicidade de seu conteúdo, conforme disposto no parágrafo único do artigo 14<sup>6</sup> da supracitada lei.

Ademais, em relação ao conteúdo mínimo previsto no artigo 19 da Lei Federal nº 12.305/10 para o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a Origem declarou o que segue:

- Que não cumpriu a meta de diminuição dos resíduos do município. Justificou que a população de veraneio, no período de pandemia, passou a morar no município, sendo esse o motivo para a não diminuição dos resíduos. A meta seria de 375 Kg/dia e chegou a 389 kg/dia em 2021. – Arquivo 35.

### E.1.2.1 – DA DISPOSIÇÃO FINAL DE REJEITOS SÓLIDOS

Verificamos que a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos foi implantada pela Prefeitura, com a adoção dos procedimentos descritos no Arquivo 40.

## E.1.3 – AUSÊNCIA DE PLANO PARA AÇÕES DE FORNECIMENTO DE ÁGUA EM CASO DE ESCASSEZ OU EM PERÍODO DE ESTIAGEM

Conforme respostas aos quesitos 7 e 8 do IEG-M – I-AMB o Município de Pedra Bela conta com um plano para ações de fornecimento de

<sup>5</sup> <https://leismunicipais.com.br/camara/sp/pedra-bela>. - Acesso em 30/09/2022.

<sup>6</sup> Art. 14. São planos de resíduos sólidos:

(...)

Parágrafo único. É assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos, bem como controle social em sua formulação, implementação e operacionalização, observado o disposto na [Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003](#), e no [art. 47 da Lei nº 11.445, de 2007](#).



água em caso de escassez e prevê medidas para contingenciamento em períodos de estiagem.

## PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

### F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice C+

Segue abaixo a evolução histórica do ,i-cidade cuja nota “C+” em 2021 demonstra indicador – em fase de adequação.

INDICADOR TEMÁTICO	2018	2019	2020	2021
i-CIDADE:	C ↓	C ↑	C ↑	C+ ↑

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme abaixo, podendo comprometer o atingimento das metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Agenda 2030 – ONU, apontadas no item H, deste relatório.

- A Prefeitura Municipal informou ter identificado o seguinte tipo de potencial ameaça nas áreas de risco: Riscos Geológicos.

## PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### G.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

#### G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

Em consulta ao endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Pedra Bela, verificamos a existência do ícone do Portal da Transparência com

informações dos serviços mais acessados, demonstrativos e demais documentos organizados e atualizados, com interatividade com o usuário.

No endereço Portal da Transparência - Prefeitura de Pedra Bela (<http://18.230.84.238/pronimtb/index.asp>) acesso em 13/10/2022, constatamos a existência dos Serviços de Informação, administração, receitas, despesas, transferências financeiras, transferências voluntárias, credores, gestão de pessoas, acesso a informação, publicações, com várias outras informações e serviços de interesse local. Também verificamos a existência do acesso ao item Ouvidoria (<https://www.pedrabela.sp.gov.br/ouvidoria>).

Assim, entendemos que a Prefeitura Municipal vem dando o devido atendimento à Lei de Acesso à Informação e à Lei de Transparência Fiscal.

#### **G.1.1.1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA ESPECÍFICA RELACIONADA À PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19**

A Fiscalização empreendeu acompanhamento diário das divulgações relacionadas às receitas e despesas concernentes ao enfrentamento à pandemia causada pela Covid-19.

Ao final do exercício, foi constatado o seguinte:

DESCRIÇÃO	SIM / NÃO / PREJUDICADO
Existe no portal de transparência ou no sítio da Prefeitura <i>link</i> ou atalho para o acompanhamento de despesas exclusivas para enfrentamento à pandemia de Covid-19?	Sim
Os dados com as RECEITAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais receitas do município?	Sim
As RECEITAS destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado Audesp nº 28/2020?	Sim
Os dados com as DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais despesas municipais?	Sim
As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informadas em tempo real, conforme legislação pertinente?	Sim
As DESPESAS destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado Audesp nº 28/2020?	Sim
As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram detalhadas com os elementos, conforme Comunicado SDG nº 18/2020?	Sim

## G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização foram encontradas divergências entre os dados da Origem e os prestados ao Sistema Audeps, em especial o relativo aos empenhos informados, a saber:

1. Foi informada a modalidade “OUTROS/NÃO APLICÁVEL” para despesas com empresa de passe livre no pedágio e aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, prejudicando assim a fiel análise da fiscalização, uma vez que, conforme o artigo 24, inciso XXII, da Lei Federal nº 8.666/93, a situação enquadra-se como “DISPENSA DE LICITAÇÃO”:

Mod. de Licitação	Subelemento	Nome do Credor	Nº Empenho	Histórico resumido	Data de Emissão
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	33903999	CGMP – CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO SA	994/2021	Despesa mensal com pedágio – Sem Parar	17/02/2021
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	33903299	ASSOCIACAO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE JARINU - AAJ	2073/2021	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar	12/04/2021
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	33903299	DANILO CAMARGO DA SILVA	2615	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar	10/05/2021
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	33903203	DANILO CAMARGO DA SILVA	4676	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar	16/08/2021
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	33903007	DEISE APARECIDA DOS SANTOS FROIS	3950	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar	13/07/2021

2. Não foram informados os números do CNPJ/CPF de alguns fornecedores no campo “ID CREDOR”, contrariando ao disposto no artigo 61 da Lei Federal nº 4.320/64 e aos padrões do Sistema Audeps, prejudicando a identificação dos destinatários dos gastos públicos, exemplos:

ID Credor	Nome do Credor	Nº Empenho	Data de Emissão
-----------	----------------	------------	-----------------





INSCRIÇÃO GENÉRICA OUTROS - 5011	DURVAL LEME DE ARAUJO (RESPONSÁVEL ADIANTAMENTO)	867	09/02/2021
INSCRIÇÃO GENÉRICA OUTROS - 3139	RENATO ROGERIO FERREIRA (RESPONSÁVEL POR ADIANTAMENTO)	1743	25/03/2021
INSCRIÇÃO GENÉRICA OUTROS - 5011	DURVAL LEME DE ARAUJO (RESPONSÁVEL ADIANTAMENTO)	2620	11/05/2021
INSCRIÇÃO GENÉRICA OUTROS - 234	ADIR DE ASSIS LEONARDI (RESPONSÁVEL POR ADIANTAM)	3007	27/05/2021
IDENTIFICAÇÃO SPECIAL SEM CPF/CNPJ	SERVIDORES E AGENTES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO RESCISAO DE CONTRATO - NATAL NOEL RIBEIRO DA COSTA - APOSENTADORIA	2970	27/05/2021
IDENTIFICAÇÃO SPECIAL SEM CPF/CNPJ	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	4529	05/08/2021

3. Constataram-se ainda incorreções nos campos Programa e Ação, uma vez possuem a informação “\*\*\* Não consta no Cadastro\*\*\*”, impossibilitando assim as análises do cumprimento das previsões constantes nas peças de planejamento.

Função de Governo	Subfunção de Governo	Programa	Ação	Nº Empenho	Data de Emissão
12 - EDUCAÇÃO	361 - ENSINO FUNDAMENTAL	4504 - Educação de qualidade para uma cidadania consciente	01485 - *** NÃO CONSTA NO CADASTRO ***	4807	24/08/2021
12 - EDUCAÇÃO	365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	4504 - Educação de qualidade para uma cidadania consciente	01485 - *** NÃO CONSTA NO CADASTRO ***	4808	24/08/2021
12 - EDUCAÇÃO	361 - ENSINO FUNDAMENTAL	4504 - Educação de qualidade para uma cidadania consciente	01485 - *** NÃO CONSTA NO CADASTRO ***	4809	24/08/2021
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	4508 - Encargos Gerais do Município	00453 - *** NÃO CONSTA NO CADASTRO ***	5064	31/08/2021



4. Constataram-se, ainda incorreções nos lançamentos de repasses públicos, em relação à informação gerencial “Modalidade de Aplicação”, não sendo utilizado o código “50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos”, nos termos da Portaria Interministerial nº 163/01, ocasionando, simultaneamente, inobservância às normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, item 3.10 da NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL de 23 de setembro de 2016, a fidedignidade da informação e prejuízo à ação de controle dos recursos públicos.

Função de Governo	Subfunção de Governo	Programa	Ação	Nº Empenho	Data de Emissão
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOSLESCENTE	4503 - Assistência e valorização do ser humano	02471 - Abrigamento de pessoas em situação de risco social	01 - TESOUREIRO	1627

Tal qual o Comunicado SDG Nº 34/2009 (Publicado no D.O.E. de 28.10.2009), as divergências apuradas denotam falha grave, eis que o Órgão não atende aos Princípios da Transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Evidenciação Contábil (artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64), ocasionando efetivo prejuízo à ação de controle dos recursos públicos.

Neste sentido, em recentes julgados, assim se posicionou a Primeira Câmara deste E. Tribunal de Contas:

A respeito dos itens ‘Formalização das Licitações, Inexigibilidades e Dispensas’ e ‘Fidedignidade dos Dados informados ao Sistema AUDESP’, recomendo à Câmara para que promova ajustes para garantir a fidedignidade das informações enviadas a esta Corte por meio do Sistema Audesp, em atendimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Contas de Câmara Municipal. TC-004722.989.18-3. 1ª Câmara. Rel. Cristiana de Castro Moraes. DOE: 22/11/2019) – g.n.

Considerando que não houve prejuízos à fiscalização dos demonstrativos, apenas recomendo à Origem que atente às informações enviadas ao Sistema Audesp, evitando omissões e/ou dados controvertidos, de forma a atender plenamente aos princípios da transparência e evidenciação contábil, nos termos suscitados no Comunicado SDG nº 34/09. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Contas de Câmara Municipal. TC-006075.989.16-0. 1ª Câmara. Rel. Sidney Estanislau Beraldo. DOE: 12/11/2019) – g.n.



De igual forma, vem sendo decidido pela Segunda Câmara desta E. Corte de Contas:

Sobre os apontamentos relativos à incorreta classificação de despesas e envio intempestivo de informações ao sistema AUDESP, deverá a Edilidade, adequar sua escrituração aos parâmetros impostos pela Nova Contabilidade Pública, observando o formalismo próprio e a tempestividade correta, a fim de evitar afrontas aos Princípios da Oportunidade, Evidenciação Contábil e Transparência. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Contas de Câmara Municipal. TC-004927.989.16-0. 2ª Câmara. Rel. Dimas Ramalho. DOE: 30/05/2019) – g.n.

Alimente o Sistema Audesp com dados fidedignos, atendendo aos princípios da transparência e da evidenciação contábil (artigo 1º da LRF e artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64), observando o Comunicado SDG nº 34/09, encaminhando a este Tribunal os documentos dentro dos respectivos prazos fixados nas Instruções nº 02/16. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Contas de Câmara Municipal. TC-005211.989.18-1. 2ª Câmara. Rel. Samy Wurman. DOE: 04/03/2020) – g.n.

Diante do exposto, propomos seja recomendado à Origem que **promova ajustes a fim de garantir a fidedignidade das informações encaminhadas ao Sistema Audesp, em atendimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.**

Destacamos que a prestação de informações incorretas ou imprecisas é forte impeditivo para os trabalhos da Fiscalização e do Tribunal de Contas.

### G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice C+

Segue abaixo a evolução histórica do **I-GOV TI** cuja nota “C+” em 2021 demonstra indicador – em fase de adequação.

INDICADOR TEMÁTICO	2018	2019	2020	2021
i-GOV TI:	C ↓	C ↓	C+ ↑	C+ ↓

## PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

## H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS.

Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o município poderá não atingir as seguintes metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (Arquivo 41):

PERSPECTIVA	INDICADOR TEMÁTICO DO IEG-M	METAS DOS ODS IMPACTADAS
A - PLANEJAMENTO	i-PLANEJAMENTO	16.6; 16.7; 17.14.
B – GESTÃO FISCAL	i-FISCAL	10.4; 16.5; 16.6; 16.10; 17.1.
C - ENSINO	i-EDUC	2.1; 4; 4.a; 4.c; 4.1; 4.2; 4.6; 16.6.
D - SAÚDE	i-SAÚDE	3; 3.c; 3.3; 3.4; 3.5; 3.8; 3.9; 16.6; 16.7; 17.8; 17.18.
E – GESTÃO AMBIENTAL	i-AMB	4.7; 6; 6.2; 11.6; 12.4; 12.5; 12.8; 15.2; 15.5; 16.6; 16.7; 16.10.
F – GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE	i-CIDADE	1.5; 11.b; 11.2; 11.5; 11.6; 11.7; 12.5; 16.6; 16.7; 17; 17.14.
G – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	I-GOV TI	9c; 9.4; 16a; 16.5; 16.6; 16.7; 17.8; 17.13; 17.14; 17.18.

## H.2. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

## H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Constatamos, no período, desatendimento às Instruções deste Tribunal, concernente à ausência de fidedignidade de algumas informações encaminhadas ao sistema AUDESP, registradas no item G.1 deste relatório.

Verificamos que a Origem encaminhou intempestivamente documentos ao Sistema Audeps nos meses de abril, julho, setembro, novembro e dezembro.

No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados, verificamos que, no exercício em exame, a Prefeitura descumpriu as seguintes:

Exercício 2017	TC 006490.989.16-7	DOE 24/04/2019	Data do Trânsito em julgado 06/06/2019
<p>Parecer Favorável - Determinações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adote medidas concretas para o efetivo funcionamento do controle interno;</li> <li>• Avalie e desenvolva medidas para corrigir as diversas impropriedades apontadas pelo IEG-M sob as perspectivas de planejamento, educação e saúde;</li> <li>• Adote providências quanto à revisão de seu Quadro de Pessoal, especialmente no que toca aos cargos em comissão, adequando-o às exigências do artigo 37, incisos II e V, da Constituição Federal;</li> <li>• Corrija as diversas incorreções observadas no tocante à educação, buscando não apenas a aplicação dos mínimos constitucionais e legais, mas também o efetivo resultado qualitativo do investimento;</li> <li>• Elabore e implante Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) para os profissionais da saúde, de modo a possibilitar o regular recebimento de recursos para o Sistema Único de Saúde, nos termos do artigo 4º, inciso VI, da Lei 8.142/1990;</li> <li>• Providencie o auto de vistoria do Corpo de Bombeiros e alvará da Vigilância Sanitária das unidades de saúde e educação;</li> <li>• Encaminhe a este Tribunal os documentos exigidos pelo Sistema AUDESP dentro dos respectivos prazos fixados nas Instruções TCE 02/2008 (e, a partir de 04.08.2016, nas Instruções 02/2016).</li> </ul>			

Exercício 2016	TC 00402.989.16-6	DOE 24/08/2018	Data do Trânsito em julgado 09/10/2018
<p>Parecer Favorável - Determinações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplique corretamente os recursos vinculados ao Ensino;</li> <li>• Corrija as falhas apontadas pelas Fiscalizações de Natureza Operacional da Rede Pública Municipal de Ensino e de Saúde;</li> <li>• Regule o Sistema de Controle Interno, atentando para a necessidade de apresentação de relatórios periódicos, nos termos dos artigos 31 e 74 da Constituição Federal e das orientações traçadas por este E. Tribunal;</li> <li>• Corrija as impropriedades verificadas no item "Execução dos Serviços de Saneamento Básico, Coleta e Disposição Final dos Resíduos Sólidos";</li> <li>• Atenda integralmente às recomendações desta Corte;</li> <li>• Aprimore a gestão de pessoal, com vista à identificação das atribuições e requisitos para o provimento de cargos, atentando, em relação aos cargos em comissão, para o disposto no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal, de modo que efetivamente se caracterizem como de chefia, assessoramento ou direção, observada a exigência de conhecimentos técnicos especializados compatíveis com a excepcionalidade dessas atividades;</li> <li>• Efetue os ajustes necessários para garantir a fidedignidade das informações inseridas no banco de dados do Sistema AUDESP, em cumprimento aos princípios da transparência e da evidência contábil, nos termos do Comunicado SDG nº 34/0919, atentando para os prazos de encaminhamento dos documentos exigidos por esse Sistema deste Tribunal;</li> <li>• Promova melhorias quanto às fragilidades demonstradas pelo IEGM em todas suas dimensões.</li> </ul>			



**Exercício 2018 - TC 004247/989/18 -**

DOE: 26/11/2020

DOE: 04/05/2021

Observação: não havendo, portanto, tempo hábil para a implementação das medidas necessárias ao atendimento das recomendações dentro do exercício ora examinado.

**Exercício 2019 - TC 004588/989/19**

DOE: 05/10/2021

Trânsito em Julgado: 25/11/2021

Observação: não havendo, portanto, tempo hábil para a implementação das medidas necessárias ao atendimento das recomendações dentro do exercício ora examinado.

**Exercício 2020 – TC 2936.989.20**

Publicado no DOE em 01/09/22

Observação: não havendo, portanto, tempo hábil para a implementação das medidas necessárias ao atendimento das recomendações dentro do exercício ora examinado.

**SÍNTESE DO APURADO**

ITENS	
CONTROLE INTERNO	IRREGULAR
HOUE ADESAO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 178/2021?	SIM
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício (superavit)	5,97%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	9,17%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	FAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	DESFAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/dépósito de precatórios judiciais?	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	SIM
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	44,67%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, incisos I e III, da LRF?	SIM
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da Constituição Federal (limite mínimo de 25%)	25,51%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	94,72%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	SIM
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação	70,22%



ITENS	
básica (limite mínimo de 70%)	
SAÚDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	29,25%

## CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no artigo 24 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:

### 1. ITEM A.1.1 CONTROLE INTERNO

- O setor está vinculado à Secretaria de Finanças e o cargo é de livre nomeação pelo Prefeito Municipal, conforme determinam os artigos 4º e 5º da Lei Municipal nº 527/2017, sendo que o servidor responsável pelo Controle Interno em 2021, também foi responsável pelo Departamento de Pessoal, fatores que comprometem a sua independência de atuação necessária ao exercício da função;
- Os relatórios elaborados pelo Controle Interno trazem somente dados estatísticos alcançados pela Prefeitura no período, não avaliando a gestão em suas dimensões;
- O setor não exerceu, no período analisado, a fiscalização com atuação prévia, concomitante e subsequente aos atos e fatos administrativos visando à avaliação da ação do governo e da gestão dos administradores, em descumprimento ao determinado no artigo 3º da Lei Municipal nº 527/2017;
- Proposta da fiscalização: faz-se necessário o aprimoramento do Controle Interno para cumprir as funções constitucionais e legais atribuídas a este Setor.

### 2. ITEM A.2 IEG-M – I-PLANEJAMENTO

- Não houve a elaboração do Relatório Anual de Avaliação dos Programas Finalísticos Monitorados do PPA pela Prefeitura Municipal;
- As peças que compõem o planejamento não são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais “previstos X realizados”, infringindo o artigo 7º, inciso VII, alínea “a”, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;



- Na consulta pública online para elaboração das Peças de Planejamento não há glossário explicando os objetivos, a forma de contribuição e o prazo de coleta em linguagem clara e simples;
- A LOA prevê abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação;
- Não houve a realização de avaliações formais com elaboração de relatórios sobre a execução orçamentária;
- O responsável pelo Controle Interno ocupa cargo efetivo e exerce a função de forma não exclusiva;
- A estrutura organizacional do Sistema de Controle Interno está associada ou subordinada diretamente a Secretaria/Diretoria de Finanças/Fazenda e não diretamente ao dirigente máximo da Prefeitura;
- A Prefeitura Municipal entregou documentos do Sistema Audesp fora do prazo ou não entregou, em desacordo com as Instruções nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como os Incisos do § 2º do artigo 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

### **3. ITEM B.1.5. DÍVIDA DE LONGO PRAZO**

- O Balanço Patrimonial do exercício examinado não demonstra adequadamente a dívida real de Longo Prazo, em razão da contabilização da dívida previdenciária na renegociação em 2017, sem descontar os valores já pagos.

### **4. ITEM B.1.11.1. CARGOS EM COMISSÃO**

- Verificamos a nomeação em cargos comissionados de: 01 Assistente de Diretoria de Esporte e Lazer; 02 Assessores de Gabinete, e 01 Assistente de D. da Saúde cujas atribuições não possuem características de direção, chefia e assessoramento em desacordo com o artigo 37, inciso V, da Constituição Federal.

### **5. ITEM B.1.11.1.1. CARGOS EM COMISSÃO – ESCOLARIDADE**

- Destacamos que os cargos em comissão estão ocupados em inobservância à jurisprudência deste Tribunal de Contas, haja vista a possibilidade de nomeação de pessoas com nível médio de escolaridade, ou seja, as atribuições dos cargos não exigiriam os

conhecimentos e habilitações técnicas de determinada área de conhecimento, restando inobservado o disposto no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal;

- No exercício examinado foram nomeados 2 servidores sem curso superior e, em 31/12/2021, havia, no total, 5 servidores ocupantes de cargos em comissão sem a formação mínima exigida.

#### **6. ITEM B.1.11.1.2. CARGOS EM COMISSÃO – ASSESSORAMENTO**

- Os cargos em comissão de Assistente de Diretoria de Esporte e Lazer, Assistente de Diretoria e Planejamento e Gestão, Assistente de Gabinete e Assessor de Gabinete se destinam ao exercício de atividades meramente burocráticas ou de secretaria, que não exigem, para seu adequado desempenho, relação de especial confiança;
- Em 31/12/2021, estavam providos três assessores de gabinete, um assistente de diretoria de esporte e lazer e um assistente de diretoria de planejamento e gestão;
- A manutenção de cargos ocupados, cujas atribuições não possuem características de direção chefia e assessoramento constituem burla à regra do concurso público, e vão de encontro ao artigo 37, inciso V, da Constituição Federal;
- Proposta da fiscalização: comunicação ao Ministério Público do Estado de São Paulo para a adoção das providências que entender cabíveis para o caso.

#### **7. ITEM B.1.11.2. GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR**

- Constatamos o pagamento de Adicional de Nível Universitário aos ocupantes de cargos que já exigem formação de nível superior como requisito de ingresso, em inobservância ao artigo 39, § 1º, inciso I, da Constituição Federal e aos princípios da moralidade, interesse público e eficiência.

#### **8. ITEM B.1.11.3. HORAS EXTRAS**

- A realização de horas extras se manteve constante em todos os meses do quadrimestre, o que demonstra que a prática ocorreu de forma contumaz e rotineira, não se revestindo da excepcionalidade necessária para a sua legal caracterização;



- A utilização do instituto das horas extras com pagamentos contínuos e idênticos se constitui, na prática, em complementação salarial, procedimento que está em contrariedade aos princípios constitucionais da eficiência, economicidade e da razoabilidade.

#### **9. ITEM B.1.11.5. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

- Os valores pagãos a título de honorários advocatícios não constam de folha de pagamento, desatendendo recomendação desta Casa de Contas.

#### **10. ITEM B.2. IEG-M-I-FISCAL**

- A Prefeitura Municipal não dispõe de rotina de fiscalização para detectar contribuintes que deixaram de emitir a Nota Fiscal de Serviços por determinado período ou que apresentaram queda acentuada em suas operações, a fim de detectar o fim das atividades ou a sonegação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Não houve divulgação de todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa em tempo real, contrariando o inciso I do artigo 48-A da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;
- A Prefeitura Municipal realizou o envio dos dados, das informações e dos documentos referentes à Gestão Fiscal e à Prestação Anual de Contas fora do prazo estabelecido no Calendário Anual de Obrigações do Sistema AUDESP, contrariando o artigo 55 das Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

#### **11. ITEM B.3.1. AUSÊNCIA DE AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO NOS PRÉDIOS PÚBLICOS, INCLUSIVE ESCOLA E UNIDADES DE SAÚDE.**

- Não há Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB para os imóveis ocupados pela Prefeitura de Pedra Bela, descumprindo-se o disposto no Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018;
- Proposta da fiscalização: que seja comunicado o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, para as providências que entender pertinentes.



### **12.ITEM B.3.3.3 – DA COBRANÇA EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL DA DÍVIDA ATIVA**

- Ausência de implantação em 2021 do parcelamento incentivado de créditos; facilitação do Pagamento via encaminhamento de boleto bancário ou guia de arrecadação preenchida ao devedor; protesto extrajudicial da Certidão da Dívida Ativa (CDA); inclusão do nome do devedor em Cadastro (Ex. Cadastro Informativo Municipal - CADIN); Inclusão do nome do devedor em serviços de proteção ao crédito.

### **13.ITEM B.3.5. ESCRITURA PÚBLICA DOS BENS IMÓVEIS**

- Nem todos os imóveis de propriedade da municipalidade contam com Escritura Pública e Registro no Cartório de Imóveis, contrariando o artigo 167 c/c artigo 169 da Lei Federal nº 6.015/73.

### **14.ITEM C.1.4. VISITAS AS ESCOLAS – FISCALIZAÇÃO “IN LOCO”**

- Em visita da fiscalização em duas escolas rurais, observaram-se inadequações como: falta identificação nas unidades escolares, falhas de pintura e azulejo quebrado;
- Transporte escolar inapropriado: sujo, com pneus careca, bancos danificados, sem cinto de segurança e motorista sem habilitação.

### **15.ITEM C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice C**

- A Prefeitura Municipal possui mais de 10% do quadro de professores de creche como temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 9, de 02 de abril de 2009, e pela estratégia 18.1 da Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014);
- Menos de 50% dos estabelecimentos de Pré-Escola possuem turmas em tempo integral;
- Menos de 25% dos alunos de Pré-Escola concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2021;
- Nem todos os estabelecimentos que oferecem os Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem laboratório de informática, contrariando o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE nº 08/10;
- Em 2021, houve rotatividade de professores superior a 20% em estabelecimentos dos Anos Finais do Ensino Fundamental;

- Nem todos os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem formação de nível superior obtida em curso de licenciatura;
- Não houve entrega do uniforme escolar aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 2021;
- A Prefeitura Municipal possui, em média, mais de 10 alunos por computador para as turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, contrariando o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE nº 08/10;
- Nem todos os professores regentes dos Anos Finais participaram de cursos de capacitação no ano de 2021, contrariando a Meta 16 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014) e o inciso II do artigo 67 e o inciso III do § 3º do artigo 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Menos de 25% dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2021;
- Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB vigente no ano de 2021.

#### **16.D.2. ITEM IEG-M – I-SAÚDE – Índice C+**

- Nem todas as metas previstas para os indicadores do Plano Municipal de Saúde (2018-2021) foram atingidas, comprometendo a eficácia das ações governamentais;
- Não houve treinamento específico aos membros do Conselho Municipal de Saúde;
- Não houve apresentação dos Relatórios do 1º e 2º Quadrimestres de 2021 em audiência pública na Câmara Municipal dentro do prazo, contrariando artigo 36, §5º, da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
- Nenhuma unidade de saúde (estabelecimento físico) possui AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros), contrariando Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018 e Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;





- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, contrariando Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;
- Não houve gestão do estoque de insumos para controle de vetores (inseticidas, larvicidas) de interesse da Vigilância em Saúde, incluindo o armazenamento e o transporte desses insumos para seus locais de uso, contrariando o inciso XIV do artigo 11 da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.378, de 09 de julho de 2013;
- Não houve implantação da Ouvidoria da Saúde em âmbito municipal, contrariando o item h do artigo 5.1 da Resolução CIT (Comissão Intergestores Tripartite) nº 4, de 19 de julho de 2012.

#### **17.ITEM D.3. VERIFICAÇÃO DE RESOLUTIVIDADE NO AGENDAMENTO DE EXAMES E CONSULTAS DE ESPECIALIDADES MÉDICAS**

- Existência de demanda reprimida nas consultas e nos exames médicos no Município, em afronta ao direito social da saúde, garantido pelo artigo 6º da Constituição Federal, bem como ineficácia por parte do Poder Executivo na gestão de políticas sociais relacionadas às ações e serviços de saúde, em descumprimento ao artigo 196 do referido diploma legal;
- Proposta da fiscalização: comunicação ao Ministério Público do Estado de São Paulo para a adoção das providências que entender pertinentes para o caso.

#### **18.ITEM D.4. PUBLICAÇÃO DE ESCALAS DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM SÍTIOS ELETRÔNICOS (INTERNET)**

- O Município não publica a escala de plantões e consultas dos profissionais de saúde em sítios eletrônicos, em inobservância ao artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e ao artigo 8º, *caput*, da Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2017.

#### **19.ITEM E.1. IEG-M – I-AMB – Índice C**

- Não foi instituída lei regulamentando a proibição de queimada urbana pelo Município;
- Nem todas as metas do plano municipal ou regional de saneamento básico foram cumpridas dentro do prazo;



- O cronograma de metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) não contém previsão das metas de redução de resíduos sólidos secos dispostos em aterros;
- Nem todas as metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foram cumpridas dentro do prazo;
- A Prefeitura Municipal não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado, contrariando o artigo 11 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações;
- Segundo dados constantes na base de dados do SNIS referência 2020, uma parcela dos domicílios do município estava em situação de risco de inundação.

#### **20.ITEM E.1.1. PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

- Nem todas as metas do Plano Municipal de Saneamento Básico foram cumpridas;
- A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – ARSESP apontou uma série de não conformidades em 2021, referentes à qualidade da prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e comercial.

#### **21.ITEM E.1.2. GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS**

- A Prefeitura não cumpriu a meta do Plano Municipal de Gestão Integrada de resíduos Sólidos de diminuição dos resíduos do município de 375 Kg/dia para 389 kg/dia em 2021.

#### **22.ITEM G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

- Existência de divergência dos dados informados ao Sistema Audesp, em inobservância aos Princípios da Transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Evidenciação Contábil (artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64);
- Proposta da fiscalização: que seja recomendado à Origem para que promova ajustes, a fim de garantir a fidedignidade das informações encaminhadas ao Sistema Audesp, em atendimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.



**23.ITEM H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS**

- Tendo em vista as análises apuradas, indica-se que o Município poderá não atingir algumas metas dos ODS conforme apontado no corpo do relatório.

**24.ITEM H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- Desatendimento às Instruções deste Tribunal, concernente à ausência de fidedignidade de algumas informações encaminhadas ao sistema Audesp;
- Encaminhamento de informações ao Sistema Audesp intempestivamente.

UR-03, Campinas, 05 de outubro de 2022.

Paulo César Nosralla  
Agente da Fiscalização